

Coleção Garantia de Direitos
Série Idéias e Resultados
Tomo II

Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente e Conselhos Tutelares no Brasil

Pesquisa

2000

Biblioteca - Ministério da Justiça



MJU00050676



Ministério
da Justiça



362.7
C755C

DEP.LEGAL

**Conselhos Municipais dos
Direitos da Criança e do
Adolescente e Conselhos
Tutelares no Brasil**

**Pesquisa
2000**

Presidente da República:
Fernando Henrique Cardoso

Ministro da Justiça:
Aloysio Nunes Ferreira Filho

Secretário de Estado dos Direitos Humanos:
Paulo Sérgio de Moraes Sarmiento Pinheiro

Diretora do Departamento da Criança e do Adolescente:
Maria Ignês Bierrenbach

Coordenadora Geral de Cooperação com Organismos Internacionais:
Carmelina dos Santos Rosa

Representante da Unesco no Brasil:
Jorge Werthein

Coleção Garantia de Direitos
Série Idéias e Resultados
Tomo II

Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente e Conselhos Tutelares no Brasil

Pesquisa
2000

Esta Publicação é resultado da Cooperação entre a Unesco, Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e o Departamento da Criança e do Adolescente, Ministério da Justiça, República Federativa do Brasil.

Coleção Garantia de Direitos, Série Idéias e Resultados – Tomo II

Brasília, Fevereiro de 2002

618560

362.9
C.955e
Sup. 10/00/01

© 2002 – Ministério da Justiça

É permitida a reprodução total e parcial com menção expressa da fonte.

Tiragem: 10.000 exemplares

Edição: Secretaria de Estado dos Direitos Humanos/Departamento da Criança e do Adolescente.

Esplanada dos Ministérios, Bloco T, Anexo II, Sala 433

CEP: 70064-900 – Brasília/DF

Tel.: (61) 429-3225

E-mail: dca@mj.gov.br

Home page: www.mj.gov.br/dca.htm

Análise dos dados e elaboração do texto: Eva Faleiros e Fernanda Cavicchioli

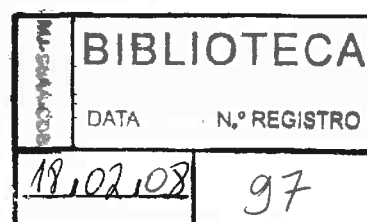
Revisão institucional: Rita de Cássia Munck Ayuppe

Capa: Ricardo Buenting

Editoração Eletrônica: Iracema F. da Silva

Distribuição gratuita

Impresso no Brasil/Printed in Brazil



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Biblioteca. Seção de Processos Técnicos – MJ

Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente e Conselhos Tutelares no Brasil – Pesquisa 2000. Brasília: MJ/SEDH/DCA, 2001.

51p. (Série Idéias e Resultados, II).

1. Violência Contra Menor, Brasil. 2. Criança, Proteção, Brasil. 3. Adolescente, Proteção, Brasil. 4. Direitos Humanos, Brasil. 5. Estatuto da Criança e do Adolescente, Brasil. 6. Relatório Técnico, Brasil.

CDD – 362.7

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
INTRODUÇÃO	9
A Metodologia da Pesquisa	11
PARTE 1	
Capítulo 1 – O Contexto Brasileiro – Que País é Este?	13
TABELA 1 – Municípios, área, população total, população de 0 a 17 anos, Densidade populacional Brasil e Regiões – 1999 – 2000	13
GRÁFICO 1 – Municípios Brasileiros por Faixa Populacional – Brasil – 1999	14
GRÁFICO 2 – População Brasileira por Região, por Região – 1999	14
1.1. Extensão Territorial	16
1.2. População	16
TABELA 2 – Municípios por Faixa Populacional – Brasil – 1999	17
1.3. Índices de Desenvolvimento: IDH e IDI	18
1.3.1. O Índice de Desenvolvimento Humano	18
TABELA 3 – Classificação dos Estados Brasileiros Segundo o IDH – Brasil – 1996 ...	19
MAPA 1 – IDH – Brasil – 1996	20
1.3.2. O Índice de Desenvolvimento Infantil	21
PARTE 2	
Capítulo 2 – Análise dos Dados do Processo de Implantação dos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCCAs) e dos Fundos Municipais da Infância e da Adolescência (FIAs) no Brasil	
2.1. Os CMDCCAs em Processo de Criação, os Criados, os em Funcionamento e os Desativados	23
TABELA 4 – CMDCCAs em Processo de Criação, Criados, em Funcionamento e Desativados, por Unidade Federativa e Região – Brasil – 2000	24
GRÁFICO 3 – CMDCCAs em Processo de Criação, Criados, em Funcionamento e Desativados, por Região – Brasil – 2000	26
2.2. Os CMDCCAs em Processo de Criação, os Criados, os em Funcionamento e os Desativados, por Faixa Populacional	27
TABELA 5 – CMDCCAs em Processo de Criação, Criados, em Funcionamento e Desativados segundo Faixas Populacionais – Brasil – 2000	27
2.3. Os Fundos Municipais da Infância e da Adolescência (FIAs)	28
GRÁFICO 4 – Ano de Criação do FIAS – Brasil – 2000	29
Capítulo 3 – Análise dos Dados do Processo de Implantação dos Conselhos Tutelares no Brasil	31

648550

TABELA 6 – CTs em Processo de Criação, Criados, em Funcionamento e Desativados, por Unidade Federativa e Região – Brasil – 2000	32
CONCLUSÕES	35
ANEXOS	
ANEXO 1 – Formulários Enviados e Formulários Respondidos Válidos, UF	41
ANEXO 2 – Mapa de Índices – IDI – Brasil	42
ANEXO 3 – Unidades da Federação Ordenadas Segundo o Índice de Desenvolvimento Infantil	43
ANEXO 4 – Mapa CMDCAs – Brasil – 1999	45
ANEXO 5 – CMDCAs em Processo de Criação, Criados, em Funcionamento e Desativados, por Região – Brasil – 2000	46
ANEXO 6 – FIAs Instituídos, por UF e Anos de criação	47
ANEXO 7 – Conselhos Municipais Brasil 1999	48
ANEXO 8 – SIPIA 1 Instalados por UF – Brasil 2001	49
ANEXO 9 – Conselhos Tutelares em Processo de Criação, Criados, em Funcionamento e Desativados, por Região – Brasil – 2000	50
ANEXO 10 – Porcentagens da população de 0 a 17 anos, de CMDCAs e de Conselhos Tutelares em funcionamento nas Regiões Brasileiras 2000-2001	50
BIBLIOGRAFIA	51

Apresentação

O Estatuto da Criança e do Adolescente, que dispõe sobre o Sistema de Garantia de Direitos da Infância e da Juventude, baseia-se na doutrina da proteção integral passando a considerar a criança e o adolescente como sujeitos de direitos definidos em lei.

Na abordagem anterior ao ECA, tanto os casos de adolescentes em conflito com a lei quanto àqueles de crianças ou adolescentes com direitos violados eram submetidos à esfera da "Justiça de Menores".

A nova concepção abordada pela lei 8069 trata os casos específicos de crianças com direitos violados ou em situação de risco diferentemente daqueles referentes à prática de ato infracional. Esses, são abordados pelo Judiciário e pelo sistema de execução de medidas sócio-educativas. Aqueles, pelos Conselhos de Direitos e Conselhos Tutelares.

A implantação desses Conselhos em todo o Brasil apresenta-se como um forte instrumento de proteção e como a mais eficaz maneira de implantação do Estatuto da Criança e do Adolescente de forma descentralizada. A descentralização é extremamente importante pois trata cada caso de acordo com a sua realidade.

Portanto, todos os esforços possíveis devem ser envidados no sentido de que o Brasil alcance um número de Conselhos de Direitos e Conselhos Tutelares atuando com qualidade e sendo capazes de defender os direitos das crianças e adolescentes em situação de risco social e pessoal.

MARIA IGNÊS BIERRENBACH
Diretora do Departamento da Criança e do Adolescente

Introdução

Conhecer, avaliar e refletir sobre o processo de implantação dos Conselhos Municipais de Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) e dos Conselhos Tutelares (CTs) é tarefa primordial, que vem sendo realizada nesses 10 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente, e que ainda se impõe.

A profundidade, a radicalidade e a complexidade das grandes mudanças - de paradigma e na estrutura institucional do sistema de garantia de direitos - propostos pelo ECA, num país com uma grande extensão e enorme diversidade regional e municipal como o Brasil, implica um longo processo a ser construído num largo período de tempo.

Dentre essas mudanças destacamos a obrigatoriedade de implantação de Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) e de Conselhos Tutelares em todos os municípios brasileiros (artigos 88 e 132). Nos 10 anos de vigência do ECA verifica-se que foi constante a preocupação, de organismos governamentais e não-governamentais, de apoiar, facilitar, monitorar e avaliar, o processo de implantação desses Conselhos, instâncias inovadoras e de grande importância à operacionalização do ECA e, portanto, de garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes do país. Neste sentido foram realizadas pesquisas e levantamentos pelo CBIA (1991-94) e pelo Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua /ANCIED (1997).

Em 1998, face à indisponibilidade de dados atualizados, o DCA/SEDH/MJ encomendou ao IBAM uma pesquisa, junto aos municípios brasileiros, sobre a implantação e o funcionamento dos CMDCA, Conselhos Tutelares e FIAs. A pesquisa realizada evidenciou a necessidade da atualização periódica desse levantamento inicial. Em 2000 foram levantados os dados que são analisados nessa pesquisa.

Considerando que não basta apenas dar a conhecer o número e a localização dos Conselhos, buscou-se, na interpretação dos dados coletados, contextualizá-los, ou seja, compreendê-los na realidade em que se encontram inseridos, e que, evidentemente, influencia enormemente sua implantação, suas condições de funcionamento, as problemáticas a serem enfrentadas e os recursos disponíveis (ou não) para enfrentá-las.

São objetivos desta publicação: fornecer informações atualizadas sobre o processo de implantação dos CMDCA e Conselhos Tutelares no país, propiciar uma tomada de consciência sobre a atual situação deste processo, fortalecer a mobilização e indicar pistas para a ação.

A Metodologia da Pesquisa

O Departamento da Criança e do Adolescente, da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos (DCA), do Ministério da Justiça, mantém o Sistema de Informação para a Infância e a Adolescência (SIPIA), do qual faz parte o Sistema de Acompanhamento e Avaliação dos CMDCA's e CT's (SIPIA IV).

São objetivos do SIPIA IV: contribuir para o fortalecimento institucional dos CMDCA's, CT's e FIAS; monitorar o processo de implantação e de funcionamento destes em todo o país; produzir informações; subsidiar a formulação de políticas sociais na área da infância e da juventude. Enfim, contribuir à operacionalização do ECA.

Com vistas à implementação do Sistema SIPIA IV o DCA implantou em 2000 um sistema informatizado com vistas ao monitoramento do processo de implantação dos CMDCA's, CT's e FIAS, e realizou um levantamento de dados junto aos municípios brasileiros, com o apoio financeiro da Cooperação Internacional MJ/UNESCO. Foram enviados questionários a 5507 municípios (inclusive ao DF que possui CMDCA, CT's e FIA).

Os dados apresentados e analisados na presente publicação referem-se aos respondidos pelas Prefeituras Municipais e CMDCA's. Foram considerados válidos: 2.224 respondidos pelas Prefeituras (sobre os CMDCA's); e 1.365 respondidos pelos CMDCA's (sobre os CT's) (ver Anexo 1). Consta-se, pois, que houve mais respostas aos questionários por parte das prefeituras (40%) do que por parte dos CMDCA's (24,8%).

Tomando-se por base de cálculo os dados do IBGE, que constatou em 1999 a existência de CMDCA's em 71% dos municípios brasileiros (ou seja, 3.909), a amostra do SIPIA IV de CMDCA's é de 43,67%. Segundo dados do IBAM¹(1998) existiam, então, no Brasil 2.047 Conselhos Tutelares; baseado nos quais a amostra do SIPIA IV de CT's é de 68,9%. Deve-se observar que estas amostras são aproximadas, considerando-se a pequena diferença entre os anos de coleta dos dados destas pesquisas (1998, 1999 e 2000). É importante ressaltar a significância de amostras com a abrangência das da pesquisa SIPIA IV.

É importante considerar que a porcentagem da amostra é diferenciada nas diferentes Regiões: elevada no Sudeste e Sul, média no Centro-Oeste, mais baixa no Nordeste e Norte, o que guarda as proporções com o número de CMDCA's e CT's em funcionamento nas Regiões.

Os dados apresentados e analisados nesta publicação são os coletados na pesquisa SIPIA IV. Trata-se, pois, de uma amostra e não de um cadastro. A tabulação informatizada dos questionários respondidos foi realizada pela Coordenação Geral de Tecnologia da Informação (CGTI) do Ministério da Justiça.

Como explicitado na Introdução, a orientação adotada na presente análise foi a de contextualizar os dados quantitativos da pesquisa SIPIA IV, com vistas à compreensão do processo de implantação dos CMDCA's e CT's na realidade nacional e regional. Neste sentido foram utilizadas outras fontes de dados, do IBGE, IPEA e UNICEF².

¹ IBAM (1998). Diagnóstico Nacional da Situação de Implantação e Grau de Institucionalização dos CMDCA's, CT's e FIAS no Brasil, p. 45.

² IBGE (2001). Perfil dos Municípios Brasileiros – Pesquisa de Informações Básicas Municipais 1999. Rio de Janeiro.
IBGE (2001). Informações Preliminares do Censo 2000. Site www.ibge.gov.br
IPEA (1996). Relatório sobre o Desenvolvimento Humano no Brasil. Brasília.
UNICEF (2001). Situação da Infância Brasileira.

PARTE 1

Capítulo 1 O Contexto Brasileiro – Que País é Este ?

Como dito anteriormente, para compreender o processo de implantação dos CMDCA's e dos CTs torna-se indispensável contextualizá-lo na realidade brasileira. O que significa que se deve levar em conta as variáveis: extensão, população total e, principalmente, população de 0 a 17 anos, do país, dos Estados e dos municípios. Como também os índices que medem o grau de Desenvolvimento Humano (IDH e IDI).

O ECA determina que todas as crianças e adolescentes devem ter seus direitos garantidos e defendidos por esses Conselhos, instalados em todos os municípios brasileiros. No entanto, o Brasil é um país marcado por extremas disparidades regionais, estaduais e municipais, que devem ser consideradas quando se reflete e se avalia a implantação dos CMDCA's e dos CTs.

Os dados que se seguem têm por objetivo clarificar o nível dessas disparidades e, desta forma, contribuir à compreensão da realidade, das dificuldades, das tendências e dos ritmos que se pode identificar no processo de implantação desses Conselhos no país.

Tabela 1
Municípios, área, população total, população de 0 a 17 anos, densidade populacional
Brasil e Regiões – 1999-2000

Região	Municípios (1)		Área (1)		População (2)		Densidade Populacional Hab/km ²	População 0 a 17 anos (1)	
	Nº	%	Km ²	%	Habitantes	%*		Crianças/adolescentes	%**
Norte	449	8,1	3.858.502	45,3	12.893.561	7,6	3,3	3.331.296	5,8
Nordeste	1.787	32,5	1.548.672	18,2	47.693.253	28,1	30,8	18.837.527	32,7
Centro-Oeste	446	8,1	1.602.164	18,8	11.616.745	6,8	7,2	4.093.208	7,1
Sudeste	1.666	30,3	924.935	10,9	72.297.351	42,6	78,2	22.775.445	39,5
Sul	1.159	21,0	577.723	6,8	25.089.783	14,8	43,4	8.458.213	14,7
Brasil	5.507	100,0	8.511.996	100,0	169.590.693	100,0	19,9	57.624.291	100,0

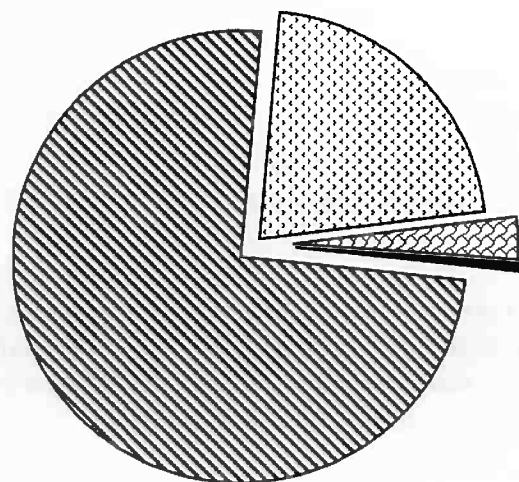
(1) Fonte: IBGE/PNAD – 1999

(2) Fonte: IBGE/Censo – 2000

* Porcentagem sobre o total de habitantes do Brasil

** Porcentagem sobre o total da população de 0 a 17 anos do Brasil

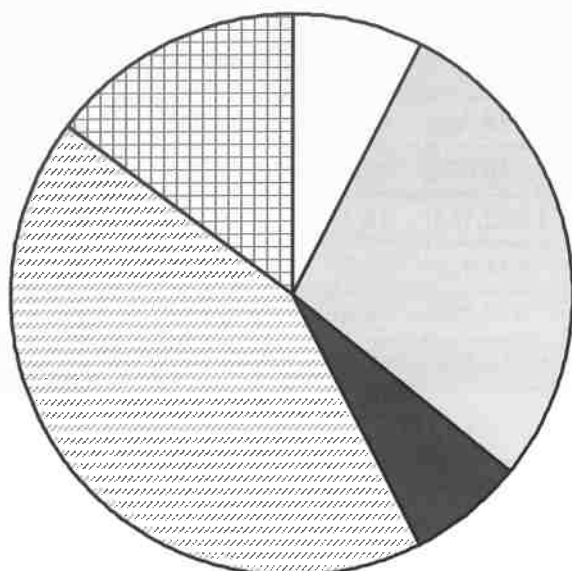
Gráfico 1
Municípios brasileiros por faixa populacional – BRASIL 1999



■ Até 20.000 ▨ De 20.001 a 100.000 ▩ De 100.001 a 500.000 ■ Acima de 500.000

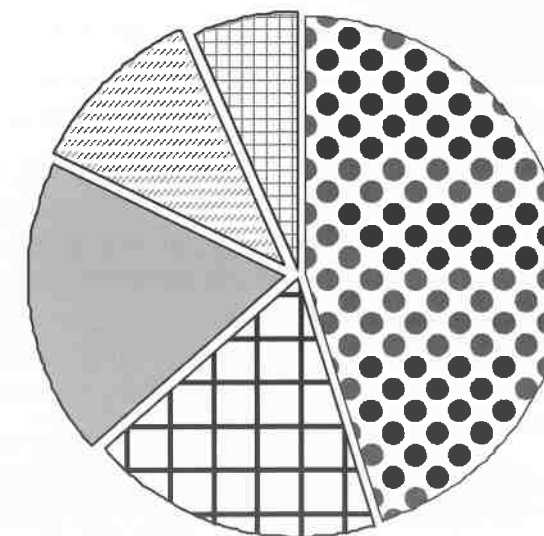
Fonte: IBGE – Pesquisa Informações Básicas Municipais – 1999

Gráfico 2
População Brasileira por Região



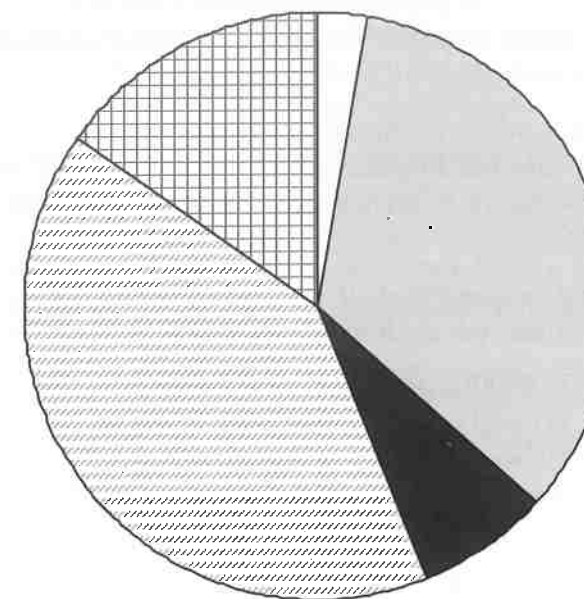
Fonte: IBGE/Censo – 2000

Extensão Territorial do Brasil por Região



Fonte: IBGE/PNAD – 1999

População Brasileira de 0-17 anos por Região



□ Norte □ Nordeste ■ Centro-Oeste ▨ Sudeste ▩ Sul

Fonte: IBGE/PNAD – 1999

1.1. Extensão Territorial

O Brasil é o 5º país do mundo em *extensão territorial*, com uma área continental de mais de 8 milhões e meio de quilômetros quadrados, distribuídos muito diferentemente nas cinco Regiões.

O Norte ocupa 45,3%, ou seja, quase a metade do território brasileiro, o Nordeste e o Centro-Oeste pouco mais de 18% cada um, o Sudeste aproximadamente 11% e o Sul apenas 6,8%

Outros dados importantes a serem considerados são os relativos ao número, distribuição e tamanho dos municípios brasileiros. Dados do IBGE (1999) indicam a existência de 5.506 municípios (5.507 se incluído o Distrito Federal), distribuídos distintamente nas Regiões do país. O Norte, apesar de sua imensa área conta apenas com 449 municípios, 8,1% do total brasileiro. O Nordeste, que ocupa 18,2% do território nacional, tem 1.787 municípios, 32,5% do total do país. O Centro-Oeste é a Região que tem o menor número de municípios (446), 8,1% do total brasileiro, ocupando quase a mesma área que o Nordeste. O Sudeste tem 1.666 municípios (10,9%) apesar de ocupar apenas 6,8% do território nacional.

O monitoramento e o conhecimento atualizado do processo de implantação dos CMDCA's e dos CTs é dificultado pela enorme extensão territorial do país e seu grande número de municípios.

1.2. População

A *população* é uma outra importante variável a ser considerada quando se analisa o processo de implantação dos CMDCA's e CTs. Segundo o Censo 2000 do IBGE a população brasileira é de 169.590.693 habitantes, dos quais 123.460.941, ou seja, 72,8% residem na zona urbana.

A análise dos dados da população do Brasil revelam diferenças regionais marcantes. Na Região Sudeste se concentra 42,6% da população brasileira e no Nordeste 28,1%, perfazendo as duas o total de 70,7% dos habitantes do país. Por outro lado, no Sul residem 14,8% dos brasileiros, no Norte 7,6% e no Centro-Oeste 6,8%.

A densidade populacional média no Brasil é de 19,9 habitantes por quilometro quadrado, porém extremamente diferenciada nas Regiões do país: enquanto que no Sudeste a densidade populacional é de 78,2, no Sul é de 43,4, no Nordeste é de 30,8, no Centro-Oeste é de apenas 7,2 e no Norte é 3,3.

A *população brasileira na faixa etária de 0 a 17 anos* é uma das principais variáveis a serem consideradas em razão de ser a ela que se destinam as ações dos CMDCA's e dos CTs.

Segundo o Censo do IBGE (2000) a população de 0 a 17 anos no Brasil é de aproximadamente 58 milhões, ou seja, 33,9 % do total dos habitantes do país. No entanto a distribuição da mesma pelas Regiões, Estados e municípios brasileiros é extremamente diferenciada. Encontra-se concentrada no Sudeste e no Nordeste, que perfazem o total de 41 milhões e seiscentas mil (72,2%) crianças e adolescentes do país. *Dado cuja grandeza deve ser um definidor das políticas sociais para esta população.* O Norte, Centro-Oeste e Sul somados contam com uma população infanto-juvenil de aproximadamente 11 milhões e 800 mil, número bastante inferior à do Nordeste (18 milhões e oitocentos mil) e correspondente à metade da do Sudeste (22 milhões 775 mil).

A complexidade da população brasileira não se esgota na análise de sua magnitude, faixas etárias e distribuição regional. Implica também, e principalmente, sua *distribuição por faixa populacional do município*. Segundo o IBGE (1999) existem no Brasil 5.507 municípios, nos quais se distribui a população de forma muito diferenciada, como se pode constatar na tabela a seguir.

Tabela 2
Municípios por faixa populacional – Brasil 1999

Faixa Populacional	Municípios	
	Nº de Municípios	% Total Brasileiro
Até 5.000	1.407	25,5
De 5.001 a 20.000	2.712	49,3
Subtotal	4.119	74,8
De 20.001 a 50.000	908	16,5
De 50.001 a 100.000	279	5,1
Subtotal	1.187	21,6
De 100.001 a 200.000	106	1,9
De 200.001 a 500.000	68	1,2
Subtotal	174	3,1
De 500.001 a 1.000.000	15	0,3
Mais de 1.000.000	12*	0,2
Subtotal	27*	0,5
Total Brasil	5.507*	100,0

Fonte: IBGE – Pesquisa Informações Básicas Municipais – 1999
*Incluído o Distrito Federal

A grande maioria dos municípios brasileiros (4.119, ou seja, 74,8%) têm população de até 20.000 habitantes; 1.187 (21,6 %) encontram-se na faixa populacional de 20.001 a 100.000, que somados dão o total de 96,4 % dos municípios do país com população até 100.000 habitantes, considerados muito pequenos e trata-se, pois, no Brasil, de uma extrema concentração populacional em cidades de grande porte com elevada densidade habitacional.

Segundo pesquisa IBGE/1999 -"A criação de novos municípios, incentivada pela Constituição de 1988 (surgiram 1.307 municípios desde então) e intensificada a partir de 1989, não alterou o desequilíbrio entre população e território"..... "verifica-se que os municípios mais novos detêm um número de habitantes inferior a 20 mil: 90% entre 1989 e 1992, 97% entre 1993 e 1996, e 98% após 1996, acentuando-se a tendência de criação de municípios com menores números de habitantes".³

Por outro lado apenas 27 municípios, ou seja 0,5 % do total brasileiro têm população de acima de 500.000 habitantes, dos quais 12 são considerados metrópoles, cercadas, por sua vez, de municípios também populosos. Trata-se, pois, no Brasil, de uma extrema concentração populacional em cidades de grande porte com elevada densidade demográfica. Dados do Censo de 2000 indicam que nos 12 municípios brasileiros (incluído o Distrito Federal) com mais de 500.000 mil habitantes, e que representam apenas 0,2% do total de municípios do país, concentra-se uma população de 33 milhões de pessoas.

³ IBGE. Perfil dos Municípios Brasileiros – Pesquisa de Informações Básicas Municipais 1999, p.18-19.

1.3. Índices de Desenvolvimento: IDH e IDI

Considerando que os CMDCA's e os CT's são instâncias de defesa dos direitos da criança e do adolescente, uma contextualização dos mesmos implica, obrigatoriamente, conhecer as condições existentes no Brasil de garantia ou violação dos seus direitos. Dentre os inúmeros indicadores sociais que permitem essa contextualização elegeu-se o *Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)* e o *Índice de Desenvolvimento Infantil (IDI)*.

Esta escolha justifica-se pela importância atribuída pelo ECA ao pleno desenvolvimento das crianças e adolescentes, seu fim último (artigo nº3), e por sua concepção destes como pessoas em desenvolvimento (artigo 6º).

O IDH é uma das mais importantes variáveis a ser considerada no processo de implantação dos CMDCA's e CT's, pois permite uma avaliação das condições estruturais da família para o desempenho de suas funções. O IDI permite avaliar as condições de base que são disponibilizadas às crianças na etapa de construção das estruturas básicas para o seu desenvolvimento.

1.3.1. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)

O Índice de Desenvolvimento Humano foi apresentado pelo PNUD por primeira vez em 1990 "com o objetivo de medir a qualidade de vida e o progresso humano em âmbito mundial". "O IDH tem como ponto de partida a idéia de que, embora o desenvolvimento humano seja um processo no qual se ampliam as oportunidades do ser humano, três condições estão presentes em todos os níveis de desenvolvimento, sem as quais as demais oportunidades e alternativas não são acessíveis: desfrutar uma vida longa e saudável, adquirir conhecimentos e ter acesso aos recursos necessários para um padrão de vida decente".⁴ São indicadores do IDH: de longevidade, a esperança de vida ao nascer; de nível educacional, a taxa de alfabetização dos adultos e a taxa combinada de matrícula nos ensinos fundamental, médio e superior; de acesso a recursos, a renda per capita.

O valor máximo de IDH é 1,0; valor de IDH superior a 0,800 é considerado índice elevado; valor de IDH menor que 0,800 até 0,700 é índice médio; valor de IDH inferior a 0,700 é índice baixo.

O relatório do IDH no Brasil, realizado pelo IPEA em 1995 e publicado em 1996, foi calculado com base de dados de 1991. Os resultados para o Brasil constam na Tabela 3, a seguir apresentados, na qual aparece discriminado o IDH das Unidades Federadas do país, por ordem decrescente de classificação. O mapa do IDH do Brasil permite visualizar a distribuição destes índices no país.

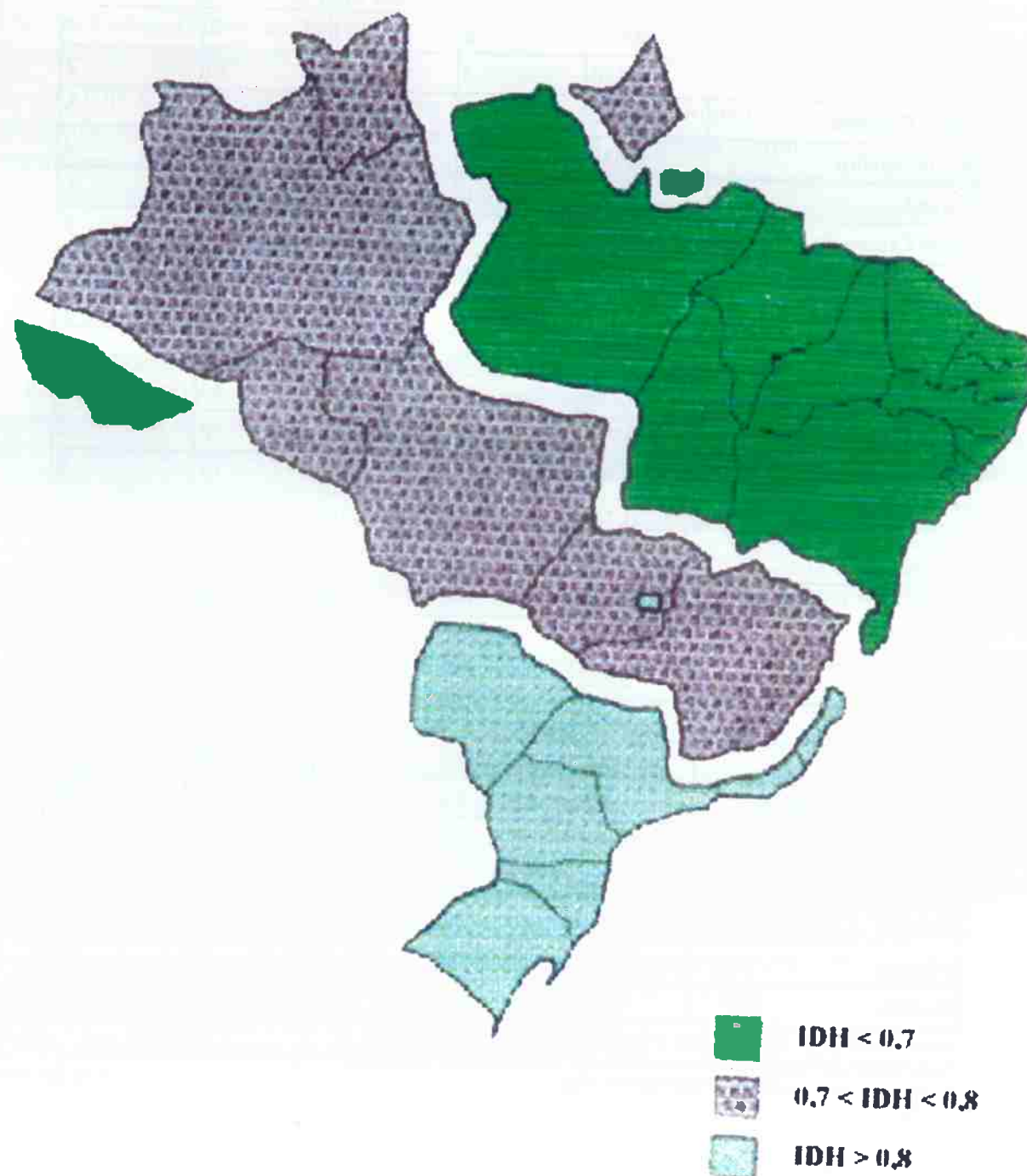
⁴ IPEA, op.cit., p.11

Tabela 3
Classificação dos estados brasileiros segundo o IDH - Brasil 1996

Estados	Classificação Segundo				
	Valor do IDH	IDH	PIB per capita	Esperança de vida	Escolaridade
Rio Grande do Sul	0,871	1	4	2	3
Distrito Federal	0,858	2	1	6	1
São Paulo	0,850	3	2	11	2
Santa Catarina	0,842	4	6	5	5
Rio de Janeiro	0,838	5	3	12	4
Paraná	0,827	6	5	10	6
Mato Grosso do Sul	0,826	7	8	7	7
Espírito Santo	0,816	8	9	4	8
Amazonas	0,797	9	7	9	15
Amapá	0,781	10	13	3	10
Minas Gerais	0,779	11	10	13	11
Mato Grosso	0,769	12	11	8	12
Goiás	0,760	13	12	15	9
Roraima	0,749	14	16	1	14
Rondônia	0,715	15	14	17	13
Pará	0,688	16	18	14	16
Acre	0,665	17	17	16	20
Sergipe	0,663	18	15	20	19
Bahia	0,609	19	20	19	21
Pernambuco	0,577	20	21	23	17
Rio Grande do Norte	0,574	21	19	25	18
Maranhão	0,512	22	25	21	22
Ceará	0,506	23	23	22	24
Piauí	0,502	24	26	18	23
Alagoas	0,500	25	22	24	26
Paraíba	0,466	26	24	26	25

Fonte: IPEA/PNUD - Relatório sobre o Desenvolvimento Humano no Brasil
Nota: O IDH de Tocantins não foi calculado, por não se dispor de informações relativa à esperança de vida no Estado; situa-se, no entanto, no intervalo 0,5 - 0,6

Mapa 1
Índices IDH – Brasil 1996



Fonte: IPEA/PNUD – Relatório sobre o Desenvolvimento Humano no Brasil

A análise dos dados da Tabela demonstra uma nítida diferenciação estadual e regional, com IDHs bastante elevados até marcadamente baixos (de 0,871 a 0,466), que revela o Brasil dividido em três regiões por níveis de Desenvolvimento Humano, evidenciado no mapa 1:

- Os Estados do Sul, mais o Distrito Federal, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Mato Grosso do Sul apresentam elevado IDH (superior a 0,800);
- Os Estados de Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Rondônia, Amazonas, Roraima e Amapá aparecem com IDH médio (intervalo de 0,700 a 0,800);
- Todos os Estados do Nordeste, mais Pará e Acre apresentam IDH baixo (inferior a 0,700).

É importante destacar os baixíssimos IDH dos Estados de Pernambuco, Rio Grande do Norte, Maranhão, Ceará, Piauí, Alagoas e Paraíba (inferiores a 0,600), com destaque para a Paraíba com índice de 0,466. Todos do Nordeste.

1.3.2. O Índice de Desenvolvimento Infantil

A partir do conceito de desenvolvimento humano e do IDH, “o UNICEF Brasil desenvolveu o Índice de Desenvolvimento Infantil (IDI), que incorpora algumas das dimensões do conceito de desenvolvimento infantil e elementos do enfoque de direitos humanos contidos na doutrina da proteção integral.”⁵

O IDI tem por objetivo medir as condições que as crianças de 0 a 6 anos dispõem para o seu desenvolvimento, nesta etapa da vida que forma estruturas básicas para a vida futura.

O IDI é construído a partir dos seguintes indicadores:

- Percentual de crianças menores de 6 anos com mães com escolaridade precária (com menos de 4 anos de estudo);
- Percentual de crianças menores de 6 anos com pais com escolaridade precária (com menos de 4 anos de estudo);
- Cobertura vacinal contra sarampo e DPT (difteria, coqueluche, tétano);
- Percentual de mães com cobertura pré-natal adequada (seis ou mais consultas de acompanhamento),
- Taxa de escolarização na pré-escola;
- Taxa de escolarização na creche.

O valor máximo do IDI é 1. A classificação do IDI é: acima de 0,800 = desenvolvimento infantil elevado; entre 0,799 e 0,500 = desenvolvimento infantil médio; abaixo de 0,500 = desenvolvimento infantil baixo.

Os resultados do IDI no Brasil constam no Anexo 2, no qual aparecem discriminados os IDIs das Unidades Federadas do país, por ordem decrescente de classificação. E no mapa do IDI no Brasil, no Anexo 3, que permite visualizar a distribuição destes índices no país.

A seguir é apresentado um quadro comparativo do IDH e do IDI nas Regiões do Brasil.

⁵ UNICEF, op. cit., p. 60

Índices do IDH e do IDI por Região

Região	IDH *		IDI **	
	Valor	Classificação	Valor	Classificação
Norte	0,732	Médio	0,511	Médio
Nordeste	0,545	Baixo	0,496	Baixo
Centro-Oeste	0,803	Elevado	0,604	Médio
Sudeste	0,821	Elevado	0,623	Médio
Sul	0,846	Elevado	0,614	Médio
Brasil	0,797⁶	Médio	0,539	Médio

Fontes: * IPEA (1996) **UNICEF (2001)

Na análise do quadro acima é importante considerar que:

- A data dos dados utilizados para a determinação do IDH e do IDI são significativamente distantes, de 1991 e de 2000 respectivamente.
- Embora o valor máximo do IDH e do IDI seja o mesmo (1,000), a classificação do índice adotada pelo IDH e o IDI são distintas, ou seja, valor de IDH superior a 0,800 = elevado; menor que 0,800 até 0,700 = médio; inferior a 0,700 = baixo. A classificação do IDI é: acima de 0,800 = elevado; entre 0,799 e 0,500 = médio; abaixo de 0,500 = baixo.

Os dados do quadro acima revelam que:

- a) O Brasil tinha em 1996 o IDH médio porém muito próximo ao elevado e o IDI em 2000 médio porém muito próximo ao baixo.
- b) O IDH do Brasil baixou de 0,797 em 1996 para 0,747 em 2000 (ver nota de rodapé nº 6), ainda médio e próximo ao elevado.
- c) As regiões Sul, Sudeste e Sudoeste apresentam IDHs bastante elevados e IDIs médios significativamente distantes de elevados.
- d) O Norte tem IDH médio e IDI também médio porém muito próximo ao baixo.
- e) O Nordeste tem baixos IDH e IDI, o que evidencia sua precária e problemática situação em relação aos indicadores sociais.
- f) Há uma grande diversidade nos IDH e IDI das Regiões brasileiras.

⁶ Segundo o relatório do PNUD 2000, o IDH do Brasil em 2000 era de 0,747

PARTE 2

Capítulo 2

Análise dos Dados do Processo de Implantação dos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCAS) e dos Fundos Municipais da Infância e da Adolescência (FIAS) no Brasil

2.1. Os CMDCA's em processo de criação, os criados, os em funcionamento e os desativados⁷

Verifica-se uma preocupação bastante generalizada em conhecer a realidade dos CMDCA's no país. No entanto a compreensão do processo de implantação desses Conselhos, nos dez anos de vigência do ECA, exige uma análise mais complexa, o que implica identificar tendências, ritmos, nós críticos. Neste sentido é indispensável identificar tanto os CMDCA's em funcionamento, como os em processo de criação, os criados e não implantados e os desativados, e, principalmente, compreender a articulação existente entre esses diferentes dados. A esta análise se propôs a pesquisa SIPIA IV/2000, cujos resultados são a seguir apresentados.

⁷ Entende-se por em processo de criação as ações de estudo, articulação e mobilização com vistas à implantação dos Conselhos. Por criados os Conselhos aprovados pelo Legislativo mas ainda não em funcionamento. Por em funcionamento os Conselhos que se encontram no exercício de suas funções. E desativados, os que já estiveram em funcionamento e que no momento se encontram sem funcionar.

Tabela 4
CMDCA's Em Processo de Criação, Criados, em Funcionamento e Desativados, por
Unidade Federativa e Região – Brasil 2000

UF/ Região	Municípios Identificados	Em Processo de Criação				Criados		Em Funcionamento		Desativados	
		Em estudo/ lação	Tramitação	Total	%	Nº	%*	Nº	%*	Nº	%*
AC	22	1	0	1	4,5	1	12,5	7	31,8	0	0
AM	62	2	1	3	4,8	0	0	11	17,7	1	1,6
AP	16	1	0	1	0,2	1	20,0	4	25,0	0	0
PA	143	8	3	11	7,7	1	3,13	25	17,5	2	1,4
RO	52	2	1	3	5,8	4	20,0	16	30,7	0	0
RR	15	0	0	0	0	0	0	07	46,7	0	0
TO	139	8	2	10	7,2	5	26,3	06	4,3	4	2,9
Norte	449	22	7	29	6,4	12	12,5	76	16,9	7	1,5
AL	101	1	1	2	2,0	8	30,8	17	16,8	1	1,0
BA	415	11	5	16	3,8	14	21,2	37	8,9	10	2,4
CE	184	0	0	0	0	0	0	82	44,5	2	1,0
MA	217	12	3	15	7,0	5	16,7	20	9,2	5	2,3
PB	223	1	0	1	0,4	0	0	8	3,5	0	0
PE	185	5	3	8	4,3	10	18,2	40	21,6	3	1,6
PI	221	7	6	13	5,9	1	11,1	6	2,7	2	0,9
RN	166	9	3	12	7,2	3	14,3	10	6,0	5	3,0
SE	75	1	2	3	4,0	4	11,4	26	34,6	4	5,3
Nordeste	1.787	47	23	70	3,9	45	13,4	246	13,8	32	1,8
DF	1**	0	0	0	0	0	0	1	100,0	0	0
GO	242	5	2	7	2,9	9	12,7	59	24,4	1	0,4
MS	77	0	0	0	0	0	0	45	58,4	1	1,3
MT	126	0	1	1	0,8	0	0	54	42,8	2	1,6
Centro-Oeste	446	5	0	8	1,8	9	5,2	159	35,5	4	0,9
ES	77	2	0	2	2,6	1	2,4	39	50,6	2	2,6
MG	853	60	5	65	7,6	33	14,2	154	18,0	37	4,3
RJ	91	0	0	0	0	1	2,3	36	39,5	4	4,4
SP	645	9	2	11	1,7	16	4,3	340	52,7	12	1,9
Sudeste	1.666	71	7	78	4,7	51	7,4	569	34,1	55	3,3
PR	399	1	0	1	0,2	1	0,4	258	64,7	1	0,2
RS	467	19	4	23	5,0	12	5,0	218	46,7	6	1,3
SC	293	0	0	0	0	0	0	181	61,7	0	0
Sul	1.159	20	4	24	2,0	13	1,9	657	56,7	7	0,6
Brasil	5.507	165	44	209	3,8	130	6,6	1.707	31,0	105	1,9

Fonte: Ministério da Justiça/DCA – SIPIA IV – 2000

* Sobre o total de municípios da UF

** Por se tratar do Distrito Federal, o CDCA exerce também as funções de CMDCA

Segundo os dados disponíveis na amostra da pesquisa SIPIA IV, dos 5.507 municípios brasileiros 31%, ou seja, 1.707 responderam ter CMDCA's em funcionamento, o que representa menos de 1/3 do total dos municípios do país. Subtraindo-se 1.707 de 5.507 restam 3800 municípios sobre os quais não se dispõe de informação sobre a existência ou não de CMDCA's em funcionamento.⁸

É nas Regiões Sul e Sudeste que se encontra o maior número de CMDCA's em funcionamento, ou seja, 657 e 569, respectivamente. No Nordeste há 246, no Centro-Oeste 159 e no Norte 76. No entanto é importante destacar a porcentagem de CMDCA's em funcionamento em cada Região, em relação ao número de municípios das mesmas. No Sul 65,7% dos municípios têm CMDCA's em funcionamento, no Sudeste 34,1% e no Centro-Oeste 35,5%. No Norte esta porcentagem é de apenas 16,9% e no Nordeste é de 13,8%, o que se torna mais grave pelo fato de na mesma habitar 32,7% da população brasileira de 0 a 17 anos.

Verifica-se mobilização⁹ para a criação de novos CMDCA's no Brasil em 209 municípios, ou seja, em apenas 3,8% dos municípios brasileiros. Esta mobilização é um pouco maior, percentualmente, no Norte (6,4%), no Sudeste (4,7%) e no Nordeste (3,9%), sendo muito baixa no Sul (2,0%) e no Centro Oeste (1,8%). O que permite concluir que há uma quase estagnação no ritmo de implantação de novos CMDCA's.

A pesquisa constatou que em 130 (6,6%) municípios brasileiros há CMDCA's criados (regulamentados mas não em funcionamento), sendo elevada essa porcentagem no Nordeste (13,4%) e no Norte (12,5%) e no Sudeste (7,4%), e muito baixa no Sul (1,9%).

Foram desativados 105 CMDCA's, ou seja, em 1,9% dos municípios brasileiros, principalmente na Região Sudeste (3,3%), no Nordeste (1,8%) e no Norte (1,5%) e apenas 0,6% no Sul.

Conclui-se que há uma grande diversidade das Regiões brasileiras no que se refere à situação dos CMDCA's, que pode ser sintetizada no quadro que segue e no Anexo 5 – CMDCA's por Região.

⁸ Por outro lado, se dispõe de outra fonte de dados sobre o número de CMDCA's em funcionamento. Como dito anteriormente o IBGE, em sua pesquisa realizada em 1999 no universo do total dos 5.507 municípios brasileiros, contabilizou a porcentagem de 71% de CMDCA's em funcionamento, ou seja, em 3909 municípios, o que é um número muito significativo. A localização dos CMDCA's no mapa do Brasil, realizada pelo IBGE, e que consta no Anexo 4, é um precioso instrumento para o conhecimento e a análise do processo de implantação desses Conselhos no país.

⁹ O termo mobilização é aqui utilizado no sentido de movimento com vistas a objetivos, no caso o da criação do CMDCA, através de ações de articulação ou estudo que são empreendidas por pessoas e/ou grupos da sociedade, líderes políticos, comunitários, de defesa de direitos, autoridades.

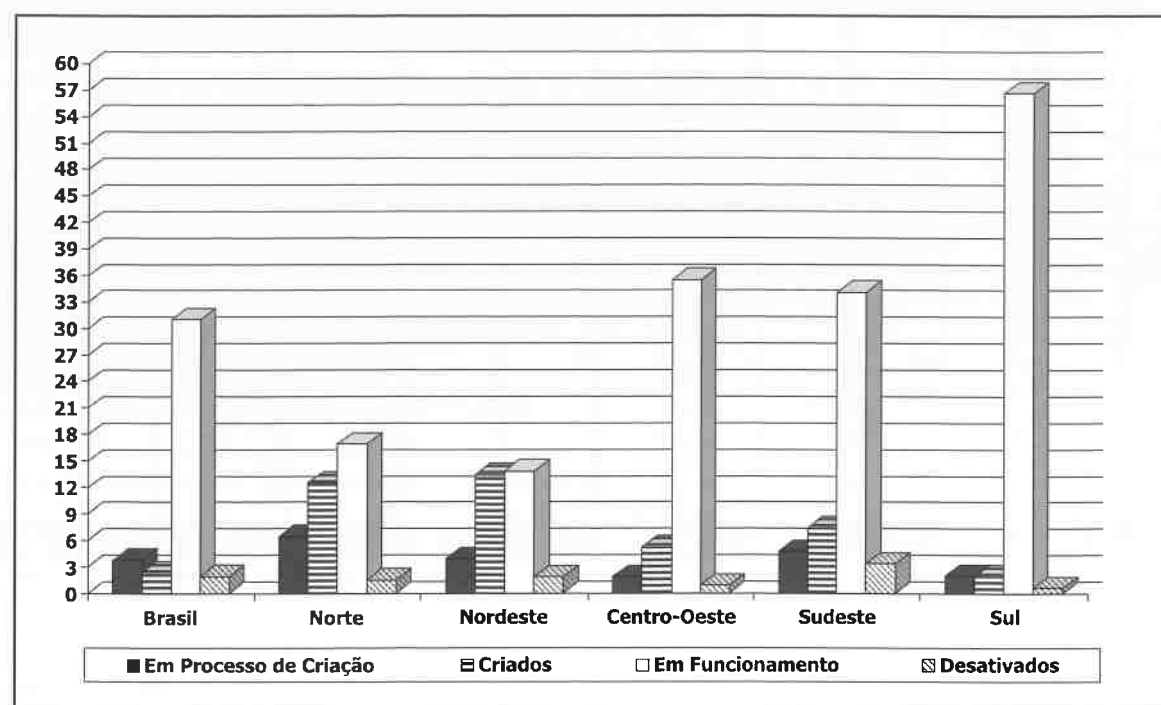
Situação do Processo de Implantação dos CMDCAS nas Regiões Brasileiras

Regiões	Mobilização para criação de novos	Criados (não implantados)	Em funcionamento	Desativados
Norte	Elevada porcentagem	Muito elevada porcentagem	Muito baixa porcentagem	Média porcentagem
Nordeste	Média porcentagem	Muito elevada porcentagem	Muito baixa porcentagem	Média porcentagem
Centro-Oeste	Baixa porcentagem	Média porcentagem	Média porcentagem	Baixa porcentagem
Sudeste	Média porcentagem	Média porcentagem	Média porcentagem	Elevada porcentagem
Sul	Baixa porcentagem	Muito baixa porcentagem	Muito elevada porcentagem	Muito baixa porcentagem

Considera-se o nível elevado, médio e baixo em relação à porcentagem de municípios do país.

O gráfico que segue permite visualizar e compreender a correlação existente entre os dados referentes ao processo de implantação dos CMDCAS nas diferentes Regiões do país.

Gráfico 3
CMDCAS em processo de criação, criados, em funcionamento e desativados, por Região – Brasil 2000



Fonte: MJ/DCA - SIPIA IV

Analisando-se as porcentagens de CMDCAS em funcionamento e a mobilização para a criação de novos observa-se que nas Regiões Norte e Nordeste onde há baixa porcentagem de CMDCAS em funcionamento é onde há maior mobilização para a criação de novos. Na Região Sul o processo de implantação de CMDCAS encontra-se quase que estagnado. É como se ao ser alcançada porcentagem superior a 50% de municípios com CMDCAS em funcionamento, o processo de implantação dos mesmos seja considerado suficiente ou quase concluído.

Comparando as porcentagens de CMDCAS criados e em funcionamento nas diversas Regiões brasileiras verifica-se haver correlação entre estes dados, ou seja, quanto menor a porcentagem de CMDCAS em funcionamento maior a porcentagem de criados sem funcionar, e quanto maior a porcentagem de CMDCAS em funcionamento menor a porcentagem de criados sem funcionar. Donde se conclui que é nas Regiões Norte e Nordeste que se encontra maior dificuldade de implantação de CMDCAS e é na Região Sul que este processo encontra-se mais avançado e consolidado, com baixíssima porcentagem de CMDCAS apenas criados.

Uma outra correlação importante a ser considerada é entre os dados dos CMDCAS em funcionamento e os desativados. Neste sentido destacam-se as Regiões Sul e Nordeste; o Sul que têm o maior número de CMDCAS em funcionamento é onde há menos desativados, e no Nordeste com baixa porcentagem de CMDCAS em funcionamento desativou 32 Conselhos.

2.2. Os CMDCAS em processo de criação, os criados, os em funcionamento e os desativados, por faixa populacional

Considerando o grande número de municípios brasileiros, sua grande diversidade em relação ao número de habitantes, bem como a concentração da população do país em grandes metrópoles, torna-se indispensável não apenas conhecer o número de CMDCAS em processo de criação, os criados, os em funcionamento e os desativados, mas analisar sua localização segundo a faixa populacional. A tabela 5, a seguir, permite esta análise.

Tabela 5
CMDCAS Em Processo de Criação, Criados, em Funcionamento e Desativados, por Faixas Populacionais – Brasil 2000

Faixa Populacional	Municípios Identificados		Em Processo de Criação				Criados		Em Funcionamento		Desativados	
	Nº	%*	Em Estudo art.	Tramitação	Total	%**	Nº	%**	Nº	%**	Nº	%**
0-1.999	134	2,4	8	01	09	6,7	4	3,0	27	20,1	02	1,5
2.000-4.999	1.273	23,1	64	18	82	6,4	42	3,3	286	22,5	28	2,2
5.000-9.999	1.320	24,0	50	07	57	4,3	32	2,4	337	25,3	32	2,4
10.000-19.999	1.392	25,3	36	13	49	3,5	38	2,7	442	31,5	23	1,6
20.000-49.999	908	16,5	06	05	11	1,2	14	1,5	343	37,8	15	1,6
50.000-99.999	279	5,1	01	0	01	0,3	0	0	146	52,3	04	1,4
100.000-199.999	106	1,9	0	0	0	0	0	0	61	57,5	01	0,9
200.000-499.999	68	1,2	0	0	0	0	0	0	49	70,5	0	0
Acima de 500.000	27	0,5	0	0	0	0	0	0	16	55,5	0	0
Total Brasil	5.507	100	165	44	209	3,8	130	2,4	1.707	40,0	105	1,9

Fonte: Ministério da Justiça/DCA – SIPIA IV – 2000

*Sobre o total de municípios brasileiros

** Porcentagem de CMDCAS sobre o total de municípios da faixa populacional correspondente

Segundo dados colhidos pela pesquisa SIPIA IV (2000) existem CMDCAs em funcionamento em municípios de todas as faixas populacionais. No entanto observa-se que quanto menor a faixa populacional do município menor a porcentagem de CMDCAs em funcionamento (exceto nos municípios com mais de 500.000 habitantes). Donde pode-se concluir que a faixa populacional do município é uma variável importante no processo de implantação e de funcionamento do CMDCA.

Considerando a grande porcentagem de municípios novos com faixa populacional até 20.000 habitantes (segundo pesquisa do IBGE, anteriormente citada, 90% entre os criados em 1989 e 1992, 97% entre 1993 e 1996, e 98% após 1996) são, principalmente, os pequenos e novos municípios com escassa população os que encontram maiores dificuldades para implantá-los. O que se explicaria pelos poucos recursos financeiros e humanos de que dispõem, pela pouca experiência de organização e de gestão paritária devido ao poder centralizado no prefeito, pela dificuldade encontrada para implantar os diversos Conselhos: de Saúde, Educação, Assistência, exigidos para a liberação de recursos federais e estaduais. (Ver Anexo 7 – Porcentagem dos Diferentes Conselhos Municipais no Brasil).

Ou deve-se, também, à realidade local: número reduzido de crianças e adolescentes, convivência comunitária atuante, “conformismo” com baixos índices de qualidade de vida, ou, pelo contrário, bons índices de qualidade de vida.

A pesquisa SIPIA IV identificou 130 CMDCAs criados e não implantados no Brasil, dos quais 112, ou seja, 86,1% nos municípios na faixa populacional de 2.000 a 20.000 habitantes. Por outro lado nos municípios com população acima de 50.000 habitantes nenhum CMDCA criado deixou de ser implantados, o que evidencia a dificuldade dos pequenos municípios em implantar seu Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente. Dificuldade diferenciada segundo a Região: no Sudeste foram criados e não implantados 51 CMDCAs (39%), no Nordeste 45 (35%), no Sul 13 (10%), no Norte 12 (9,2%) e no Centro Oeste 9 (6,8%).

A mobilização para a criação de novos CMDCAs varia segundo a faixa populacional. Chama a atenção que nos pequenos municípios, com faixa populacional até 20.000 habitantes, há 208 em processo de criação, ou seja, 99,5% do total em criação no país, enquanto que nos municípios acima de 50.000 habitantes há apenas 1 Conselho em processo de criação.

A desativação dos CMDCAs varia também segundo a faixa populacional dos municípios. Dos 105 Conselhos desativados no país, 85 foram em municípios com até 20.000 habitantes, ou seja, 81% do total; 19 na faixa populacional de 20.001 a 100.000 habitantes, e apenas 1 desativado nos municípios com população acima de 100.000 habitantes.

Em síntese, os dados acima permitem concluir que a faixa populacional do município é uma importante variável em relação aos CMDCAs, ou seja, que nos pequenos municípios com até 20.000 habitantes há mobilização para criação de CMDCAs, porém que esses uma vez criados encontram dificuldades para serem implantados e quando implantados encontram dificuldades para se manterem em funcionamento, muitos sendo desativados.

2.3. Os Fundos Municipais da Infância e da Adolescência (FIAs)

Os Fias são um dos mais importantes dispositivos criados pelo ECA no Sistema de Garantias dos Direitos da Criança e do Adolescente. Trata-se de organismo criado pelo CDCA, em nível nacional, estadual e municipal, encarregado de gerir os recursos (orçamentários e outros) destinados à execução de programas e serviços de atendimento às crianças e adolescentes, em seu âmbito de atuação, segundo Plano de Aplicação definido pelo CDCA. Sua importância é, portanto, fundamental.

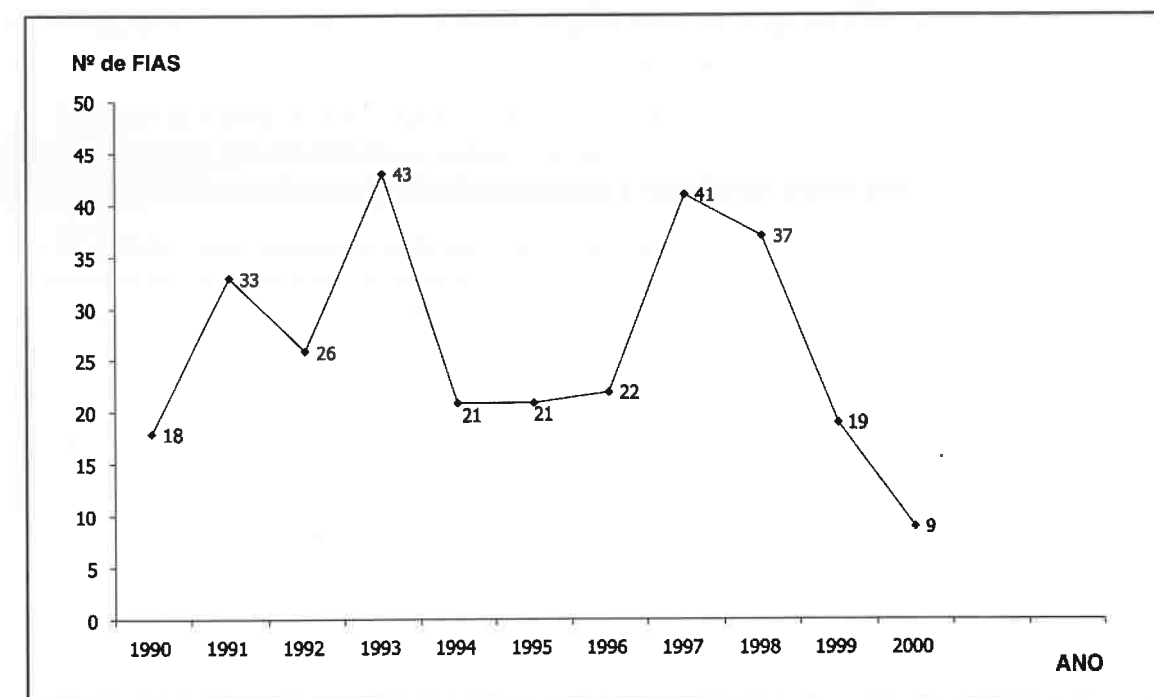
Na pesquisa SIPIA IV apenas 290 CMDCAs indicaram a instituição de FIAs em seus municípios. Os dados disponíveis evidenciam uma grande disparidade tanto regional quanto estadual, bem como no ritmo de criação dos FIAs.

Dos 290 FIAs instituídos, 5 encontram-se na Região Norte, 46 no Nordeste, 10 no Centro Oeste, 79 no Sudeste e 150 no Sul (ver Anexo 6 – FIAs por UF e por ano de criação). No entanto há diferenças quanto ao número de FIAs nas UFs da Região, por exemplo o Ceará se destaca com 18 FIAs sobre o total de 46 do Nordeste; o Rio de Janeiro com apenas 5 Fias dos 79 instituídos no Sudeste; o Rio Grande do Sul com 20 FIAs sobre os 150 do Sul.

Segundo dados do IBGE (1999), dos 71% CMDCAs instalados no país apenas 34% destes administra o Fundo.

Um outro dado importante a considerar é o ano de criação dos FIAs, o que permite identificar o ritmo de instituição dos mesmos desde a aprovação do ECA, que pode ser visualizado no gráfico a seguir.

Gráfico 4
Ano de criação dos FIAs – BRASIL 2000



Fonte: MJ/DCA – SIPIA IV

A curva do ano de criação dos FIAs no país evidencia que já em 1990 houve um número pequeno mas significativo de FIAs criados, apesar do ECA ser ainda recente; número este que cresceu em 1991 e decresceu em 92; tendo subido significativamente para 43 em 1993, ano no qual foi criado o maior número de FIAs. Em 1994 este número se reduziu à metade (21). Esta tendência à redução de criação de FIAs se prolongou por três anos (94,95 e 96). Em 1997 quase dobrou o número de FIAs criados em relação a 1996. A partir de então é cada vez menor o número de FIAs criados no país, até atingir apenas 9 em 2000.

A análise da curva de criação de FIAS nos 11 anos de vigência do ECA evidencia um processo lento e irregular de implantação desses, que atingiu seu máximo nos anos 1993 e 1997, a partir do qual vem sofrendo uma queda constante, até o insignificante número de 9 em 2000, o que evidencia a estagnação deste processo.

A criação e implantação dos FIAS tem se constituído numa das grandes dificuldades na operacionalização do ECA. Segundo pesquisa avaliativa dos "Dez anos de Estatuto da Criança e do Adolescente"¹⁰, as principais razões do pequeno número de Fundos existentes são: desconhecimento de sua operacionalização, dificuldade política entre órgãos, desconhecimento da existência deste organismo, haver outro órgão financiador, não ser necessário.

A análise das dificuldades que se verifica na implantação e funcionamento do FIA deve levar em consideração que se trata de um processo político, administrativo e técnico complexo, que implica: alocação de recursos orçamentários, captação de recursos de outras fontes (por exemplo Imposto de Renda), domínio da operacionalização da votação, liberação e acompanhamento do Orçamento, administração financeira compartilhada entre o gestor do Fundo (conselheiro escolhido pelo CDCA) e funcionário do governo (autorizador das despesas).

¹⁰ FALEIROS e allí (2000) . Dez anos do Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília, Cecria/Amencar.

Capítulo 3 Análise dos Dados do Processo de Implantação dos Conselhos Tutelares no Brasil

O Conselho Tutelar é, talvez, o órgão criado pelo ECA sobre o qual pesam mais expectativas, pela novidade que representa na atenção a crianças e adolescentes, por suas múltiplas funções definidas no artigo 136, pelo poder que detém, pelo fato dos conselheiros serem eleitos pela comunidade, por sua proximidade com a vida e a cultura locais.

Compreendendo a importância, o alcance das ações e o potencial dos Conselhos Tutelares na garantia dos direitos da criança e do adolescente, desde a aprovação do ECA as ONGs dessa área se mantiveram sempre muito atentas ao processo de implantação dos Conselhos Tutelares, mobilizando lideranças, lutando por sua implantação e funcionamento, realizando pesquisas.

Em nível governamental o apoio às iniciativas de criação destes Conselhos não é consensual. Ao lado de ações governamentais comprometidas com este processo, encontra-se resistências à sua implementação, tanto por parte do executivo e legislativo municipais, como do judiciário.

Os dados que seguem, coletados pela pesquisa SIPIA IV, evidenciam esses diferentes posicionamentos em relação ao processo de implantação dos Conselhos Tutelares.

Tabela 6
CTs em Processo de Criação, Criados, em Funcionamento e Desativados, por Unidade Federativa e Região – Brasil 2000

UF/ Região	Municípios Identificados	Em Processo de Criação				Criados		Em Funcionamento		Desativados	
		Em estudo Art.	Tramitação	Total	%	Nº	%*	Nº	%*	Nº	%*
AC	22	0	1	1	4,5	1	4,5	2	9,0	0	0
AM	62	0	2	2	3,2	3	4,8	8	12,9	2	3,2
AP	16	0	0	0	0	0	0	1	6,2	0	0
PA	143	1	0	1	0,7	11	7,7	22	15,4	0	0
RO	52	0	0	0	0	7	13,5	14	26,9	0	0
RR	15	0	2	2	13,3	0	0	5	33,3	0	0
TO	139	1	0	1	0,7	1	0,7	3	2,1	0	0
Norte	449	2	5	7	1,5	23	5,1	55	12,2	2	0,4
AL	101	0	0	0	0	7	6,9	17	16,8	0	0
BA	415	2	0	2	0,5	9	2,2	21	5,0	1	0,2
CE	184	1	0	1	0,5	22	11,9	69	37,5	2	1,0
MA	217	1	0	1	0,5	14	6,4	16	7,4	0	0
PB	223	3	1	4	1,8	4	1,8	8	3,9	0	0
PE	185	2	0	2	1,0	14	7,6	18	9,7	1	0,5
PI	221	1	0	1	0,4	1	0,4	4	1,8	0	0
RN	166	1	1	2	1,2	8	4,8	7	4,2	1	0,6
SE	75	1	0	1	1,3	9	12	18	24,0	0	0
Nordeste	1.787	12	2	14	0,8	88	4,9	178	10,0	5	0,3
DF	1	0	0	0	0	0	0	8	100,0	0	0
GO	242	0	0	0	0	24	9,9	48	19,9	1	0,4
MS	77	0	0	0	0	15	19,5	42	54,5	0	0
MT	126	1	0	1	0,8	18	14,3	62	49,2	0	0
Centro-Oeste	446	1	0	1	0,2	57	12,8	160	35,9	1	0,2
ES	77	1	0	1	1,3	17	22,0	41	53,2	0	0
MG	853	6	1	7	0,8	43	5,0	112	13,1	1	0,1
RJ	91	0	1	1	1,0	16	17,6	25	27,5	3	3,3
SP	645	3	10	13	2,0	87	13,5	250	38,7	10	1,5
Sudeste	1.666	10	12	22	1,3	163	9,8	428	25,7	14	0,8
PR	399	2	0	2	0,5	60	15,0	262	65,7	1	0,2
RS	467	6	7	13	2,8	63	13,5	176	37,7	0	0
SC	293	1	1	2	0,7	35	11,9	171	58,4	0	0
Sul	1.159	9	8	17	1,5	158	13,6	609	52,5	1	0,08
Brasil	5.507	34	27	61	1,1	489	8,9	1.430	26,0	23	0,4

Fonte: Ministério da Justiça/DCA – SIPIA IV – 2000

* Sobre o total de municípios da UF

Segundo dados disponíveis na amostra da pesquisa SIPIA IV foram identificados 1.430 CTs em funcionamento, ou seja, em apenas 26% dos municípios brasileiros. O número e a porcentagem de CTs variam muito segundo as Regiões, mantendo-se a tendência observada em relação aos CMDCA: altos no Sul (um pouco acima de 50%), médios no Centro-Oeste (35,9%) e Sudeste (25,7%) e baixos no Nordeste (10,%) e Norte (12,2%).

É importante também destacar que o número de CTs em funcionamento é muito diferenciado nos Estados de uma mesma Região. No Norte, os Estados com maior número de CTs são o Pará (22) e Rondônia (14), e os com menor número são o Amapá(1) e o Acre (2); no Nordeste destacam-se o Ceará com 69 CTs em funcionamento, o Piauí com apenas 4, o Rio Grande do Norte com 7 e a Paraíba com 8; no Centro-Oeste se observa um número médio de CTs (exceto o DF com apenas 8 devido à particularidade de sua organização administrativa e sua muito pequena extensão territorial), devendo-se no entanto destacar que a porcentagem de CTs em Goiás é de apenas 19,9; no Sudeste, o Espírito Santo e o Rio de Janeiro são os Estados com o menor número de CTs, 41 e 25 respectivamente, Minas Gerais tem 112 Conselhos porém estes representam somente 13% dos municípios do Estado; no Sul o Paraná é o Estado do país com o maior número de CTs em funcionamento (262) e a mais alta porcentagem, ou seja, em 65,7% de seus municípios, Santa Catarina tem 171 CTs em funcionamento, em 58,4% dos municípios do Estado, o Rio Grande do Sul conta com 176 CTs, o que corresponde a 37,7% dos municípios gaúchos, a mais baixa porcentagem da Região Sul.

Em relação aos CTs criados e não implantados os dados da pesquisa são surpreendentes ao se constatar que 489 Conselhos encontram-se nesta situação no país, tendência presente em todas as Regiões. Número que surpreende também se comparado ao de 130 CMDCA criados e não implantados.

O elevado número de CTs apenas criados evidencia a grande dificuldade de implantação destes Conselhos no Brasil. O que poderia explicar-se por tratar-se de novos órgãos da administração municipal, cuja instalação implica despesas fixas e permanentes para o orçamento municipal; por não serem considerados prioridade, por terem pouca visibilidade e não garantirem ganhos eleitorais.

Há muito pouca mobilização para a criação de CTs no país, ou seja, em apenas 61 (1,1%) dos municípios brasileiros, principalmente no Sudeste, no Sul e no Nordeste; no Centro Oeste a mobilização é quase nula, apenas para a criação de 1 Conselho Tutelar no Mato Grosso. Chama atenção que em 19 Unidades Federadas do país há mobilização para criação entre 1 e 2 CTs e que em 5 UFs a mobilização é nula. São Paulo e Rio Grande do Sul vêm se mobilizando para criar CTs (13 em cada um destes Estados). Esta desmobilização para a criação de novos CTs poderia ser explicada pela grande dificuldade, descrita, de implantação de CTs criados.

Por outro lado, a pesquisa revela que há muito poucos CTs desativados, apenas 23 em todo o país, ou seja, em 0,4% dos municípios. Este dado é significativo e evidencia que os CTs uma vez implantados tendem a se manter em funcionamento, o que poderia ser explicado por seu caráter de serviço de atendimento a populações locais. No entanto é importante destacar que é no Sudeste e no Nordeste onde foram desativados mais CTs (14 e 5 respectivamente), exatamente nas Regiões com mais elevada população de 0 a 17.

Os números do processo de implantação dos CTs, por Região, pode ser consultado no Anexo 9.

A análise do processo de implantação dos CTs seria incompleta sem uma referência ao Sistema SIPIA I, que embora não tenha sido objeto da pesquisa do SIPIA IV se constitui em importante instrumento, instalado junto aos CTs, e que lhes possibilita o registro, acompanhamento e avaliação de suas ações e funções.

O SIPIA I é um sistema, governamental, informatizado, de dados sobre a violação de direitos da criança e adolescente e as medidas de proteção adotadas pelos CTs. Foi construído coletiva e multidisciplinarmente, a partir de 1991.

A implantação do SIPIA I implica um complexo processo de articulação e de negociação, que envolve o executivo, o CMDCA, o setor de informática governamental, a sociedade civil (Universidades ou ONGs) e em alguns Estados o Ministério Público. Implica a instalação de um sistema informatizado e a capacitação dos conselheiros tutelares, o que vem sendo assegurado com o apoio financeiro do DCA/MJ.

Em agosto de 2001 o SIPIA I encontrava-se implantado em 21 Unidades Federadas, em todas as Regiões, e em 731 Conselhos Tutelares (Ver Anexo 8).

Conclusões

A análise dos dados coletados na amostra da pesquisa SIPIA IV permitem as seguintes conclusões.

1. O processo de implantação dos CMDCA's e CTs é muito diferenciado nas cinco Regiões brasileiras (ver Anexo 10) e entre os Estados de uma mesma Região.
2. Em relação aos CMDCA's:
 - Verifica-se uma quase estagnação no processo de implantação de novos CMDCA's no Brasil, pois em apenas 3,8 % dos municípios da amostra há estudos e articulações com vistas à criação destes Conselhos.
 - É nas Regiões Norte e Nordeste onde há maior *mobilização para a criação de CMDCA's* (ainda que pequena); no Sul o processo de implantação de CMDCA's encontra-se quase que estagnado. É como se ao ser alcançada a porcentagem de 50% de municípios com CMDCA's em funcionamento o processo de implantação dos mesmos passe a ser considerado suficiente e quase concluído.
 - Comparando as porcentagens de CMDCA's *criados e em funcionamento* nas diversas Regiões brasileiras verifica-se haver correlação entre estes dados, ou seja, quanto menor a porcentagem de CMDCA's em funcionamento maior a porcentagem de criados sem funcionar, e quanto maior a porcentagem de CMDCA's em funcionamento menor a porcentagem de criados sem funcionar.
 - As Regiões Norte e Nordeste são as que encontram maior dificuldade para a implantação de CMDCA's. Na Região Sul é onde este processo se encontra mais avançado e consolidado.
 - Em relação ao processo de implantação dos CMDCA's identifica-se as seguintes *tendências*:
Na REGIÃO NORTE há mobilização para a criação de novos, grande dificuldade para implantá-los uma vez criados e dificuldade para mantê-los em funcionamento.
Na REGIÃO NORDESTE há uma média mobilização para a criação de novos, uma grande dificuldade para implantá-los uma vez criados e dificuldade para mantê-los em funcionamento.
Na REGIÃO CENTRO OESTE há baixa mobilização para a criação de novos, uma capacidade média para implantá-los uma vez criados e boa capacidade de mantê-los em funcionamento.
Na REGIÃO SUDESTE há sinais de mobilização para a criação de novos, uma capacidade média para implantá-los uma vez criados e grande dificuldade em mantê-los em funcionamento.
Na REGIÃO SUL é quase nula a mobilização para a criação de novos, uma capacidade de muito elevada para implantá-los e para mantê-los em funcionamento.

3. A faixa populacional do município é uma importante variável no processo de implantação dos CMDCA's

- *A mobilização para a criação de novos CMDCA's varia segundo a faixa populacional.* Nos pequenos municípios, com faixa populacional até 20.000 habitantes, concentra-se 99,5% dos CMDCA's em processo de criação sobre o total dos em criação no país, enquanto que nos municípios acima de 50.000 habitantes há apenas 1 Conselho em processo de criação.
- número de *CMDCA's em funcionamento* aumenta, em geral, na mesma proporção em que aumenta o número de habitantes do município, ou seja, o número de CMDCA's em funcionamento é maior quanto maior for a população, e o número de CMDCA's em funcionamento é menor quanto menor for a população.

Os 86 % dos CMDCA's criados e não implantados encontram-se nos municípios na faixa populacional entre 2.000 e 20.000 habitantes. Por outro lado nos municípios com população acima de 50.000 habitantes nenhum CMDCA criado deixou de ser implantados, o que evidencia a dificuldade dos pequenos municípios em implantar seu Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente.

- *A desativação de CMDCA's varia também segundo a faixa populacional dos municípios.* Dos 81% Conselhos desativados foram em municípios com até 20.000 habitantes; 18% na faixa populacional de 20.001 a 100.000 habitantes, e apenas 1 foi desativado nos municípios com população acima de 100.000 habitantes.
- Em síntese, nos pequenos municípios com até 20.000 habitantes há mobilização para criação de CMDCA's, porém que esses uma vez criados encontram dificuldades para serem implantados e quando implantados encontram dificuldades para se manterem em funcionamento, muitos sendo desativados.
- Considerando a pesquisa do IBGE/1999, segundo a qual 74,9% dos municípios brasileiros encontram-se nesta faixa populacional, pode-se compreender com maior clareza as dificuldades de implantação de CMDCA's no país.

4. Em relação aos fias pode-se concluir que é o que apresenta maiores problemas de implantação. Trata-se de processo lento e irregular, que atingiu seu máximo nos anos 1993 e 1997, a partir do qual vem sofrendo uma queda constante, até o insignificante número de 9, o que aponta para a estagnação deste processo.

5. Em relação aos CTs os dados da pesquisa SIPIA IV permitem concluir que:

- *A mobilização para a criação de novos CTs é insignificante, o que indica uma estagnação no processo de implantação de CTs no país. Tendência esta altamente preocupante, principalmente se somada ao pequeno número de CTs em funcionamento.*
- *É surpreendente a existência de aproximadamente 500 CTs criados e não implantados, situação que evidencia a grande dificuldade de implantação de CTs no país.*
- *Há muito poucos CTs desativados em todo o país, o que evidencia que os mesmos uma vez implantados tendem a se manter em funcionamento.*

6. Em relação aos ritmos, tendências e nós críticos do processo de implantação dos CMDCA's, CTs e FIAs:

A análise dos dados coletados na pesquisa SIPIA IV evidenciou que o processo de implantação dos CMDCA's, CTs e FIAs no Brasil apresenta diferentes tendências em suas diferentes etapas:

No processo de implantação dos CMDCA's – a etapa de mobilização (estudo, articulação e tramitação) para a criação de novos Conselhos, que se encontra atualmente ainda modestamente ativada (exceto nos Estados que atingiram o patamar de 50% de CMDCA's em funcionamento), tem resultado na criação de Conselhos que, por sua vez, são implantados e entram em funcionamento. No entanto número significativo desses acaba sendo desativado. *Os nós críticos identificados são: a) a pouca mobilização para a criação de novos CMDCA's, b) a desativação dos em funcionamento e c) a implantação dos criados.*

No processo de implantação dos CTs – a etapa de mobilização para a criação destes, que atualmente encontra-se com tendência à estagnação, vinha resultando num altamente significativo número de CTs criados (aproximadamente 500), que, no entanto encontram enormes dificuldades para serem implantados e entrarem em funcionamento. Porém uma vez instalados muito poucos são desativados. *Os nós críticos identificados são: a) a pouca mobilização para a criação de novos CMDCA's e b) a implantação dos criados.*

7. Há correlação entre o IDH e o IDI e o processo de implantação de cmdcas e CTs, ou seja, onde o idh e o idi é baixo é menor a porcentagem de cmdcas e de cts em funcionamento (por exemplo o Nordeste), e onde o idh e o idi é elevado é maior a porcentagem de cmdcas e de cts em funcionamento (por exemplo o Sul).

ANEXOS

Anexo 1
Formulários Enviados e Formulários Respondidos Válidos, por UF
Brasil – 2000

UF	Formulário Verde*			Formulário Azul**	
	Total Municípios	Total de Respondidos válidos	% dos Respondidos válidos	Total de Respondidos válidos	% dos Respondidos
AC	22	3	13,6	2	9,0
AM	62	2	3,2	7	11,3
AP	16	1	6,2	5	31,2
PA	143	24	16,8	50	35,0
RO	52	11	21,1	19	36,5
RR	15	0	0	0	0
TO	139	5	3,5	29	20,9
Norte	449	46	10,2	112	24,9
AL	101	18	17,8	33	32,7
BA	415	24	5,8	71	17,1
CE	184	92	50,0	86	46,7
MA	217	16	7,4	51	23,5
PB	223	8	3,6	58	26,0
PE	185	38	20,5	68	36,7
PI	221	8	3,6	50	22,6
RN	166	14	8,4	43	25,9
SE	75	18	24,0	37	49,3
Nordeste	1.787	236	13,2	497	27,8
DF	1	1	100,0	1	100,0
GO	242	39	16,1	50	20,7
MS	77	40	5,2	47	61,0
MT	126	43	34,1	43	34,1
Centro-Oeste	446	123	27,6	141	31,6
ES	77	39	50,6	41	53,2
MG	853	142	16,6	375	44,0
RJ	91	31	34,0	45	49,4
SP	645	255	39,5	412	63,9
Sudeste	1.666	467	28,0	873	52,4
PR	399	193	48,4	222	55,6
RS	467	141	30,2	204	43,7
SC	293	159	54,3	175	59,8
Sul	1.159	493	42,5	601	51,8
Brasil	5.507	1.365	24,8	2.224	40,4

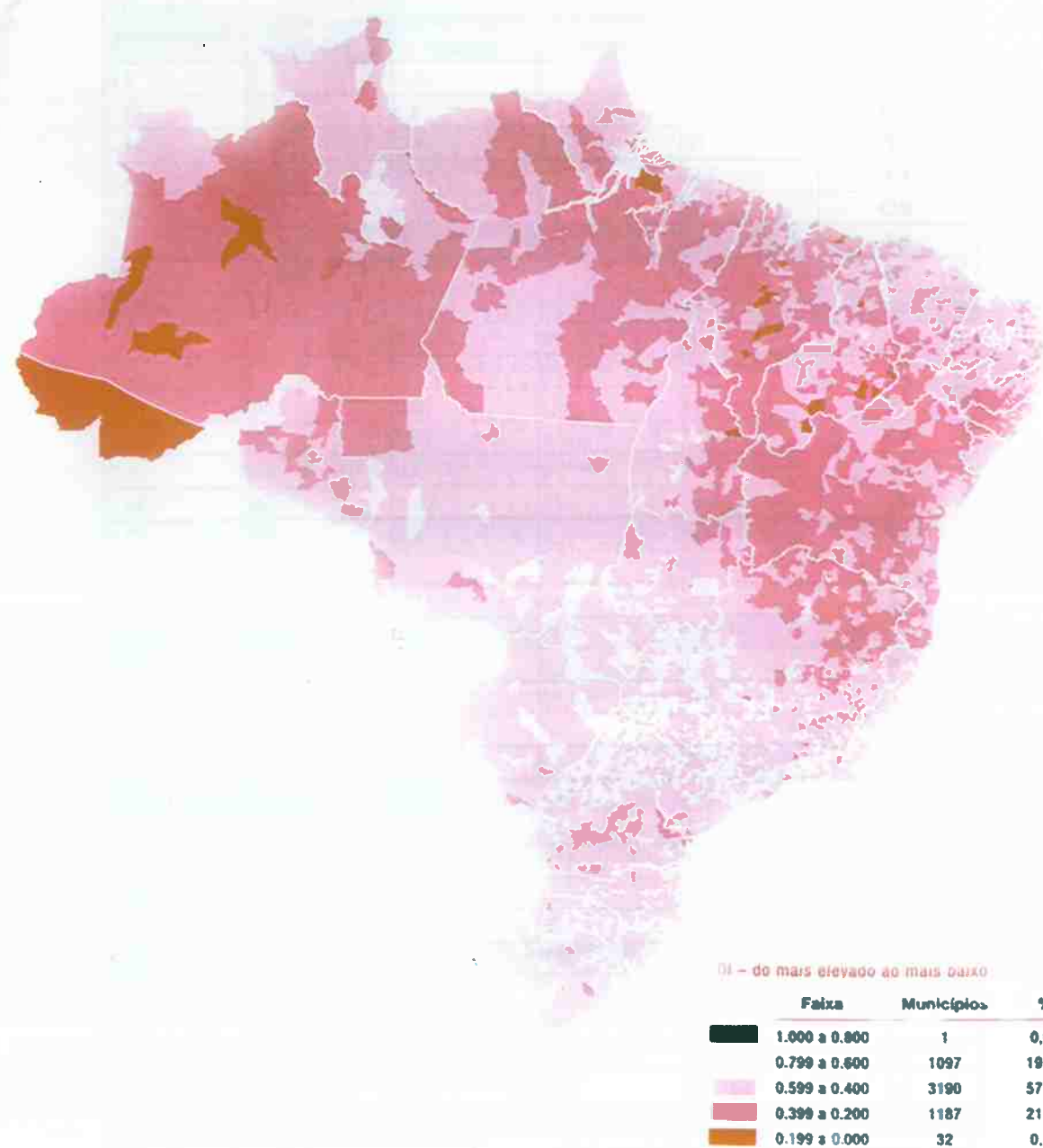
Fonte: Ministério da Justiça/DCA – SIPIA IV – 2000

* Dados CTs/ respondidos pelos CMDCA's

** Dados CMDCA's /respondidos pelas Prefeituras Municipais

Nota: Os formulários foram enviados a todos os municípios brasileiros

Anexo 2
Mapa 2 – Índices IDI – BRASIL 1996



Fonte: UNICEF – Situação da Infância Brasileira

Anexo 3
Unidades da Federação ordenadas segundo o Índice de Desenvolvimento Infantil

Classificação Nacional	População					Escolaridade dos pais % de crianças cujos pais têm escolaridade precária (menos de 4 anos de estudo)	
	Total	0-6 anos	0-1 ano	0-3 anos	4-6 anos	Pai	Mãe
1 Distrito Federal	1.821.946	251.329	37.066	145.974	105.355	26,85	12,41
2 Rio de Janeiro	13.406.308	1.574.340	223.811	901.587	672.753	30,30	14,43
3 São Paulo	34.119.110	4.181.972	591.002	2.363.086	1.818.886	37,52	16,21
4 Rio Grande do Sul	9.634.688	1.202.553	166.923	677.715	524.838	31,39	14,16
5 Santa Catarina	4.875.244	668.227	91.826	373.248	294.979	46,73	15,13
6 Espírito Santo	2.802.707	379.254	53.071	213.899	165.355	47,32	22,56
7 Roraima	247.131	47.316	6.933	27.963	19.353	48,74	26,32
8 Goiás	4.514.967	635.437	90.939	363.832	271.605	42,04	18,35
9 Paraná	9.003.804	1.261.106	179.761	718.245	542.861	46,91	22,87
10 Mato Grosso do Sul	1.927.834	286.702	40.414	163.105	123.597	43,97	24,01
11 Amapá	379.459	72.893	10.919	42.129	30.764	44,72	26,95
12 Minas Gerais	16.672.613	2.248.948	314.475	1.263.076	985.872	51,63	24,12
13 Mato Grosso	2.235.832	347.178	48.861	198.130	149.048	49,77	25,19
14 Sergipe	1.624.020	256.518	36.902	147.972	108.546	56,24	38,29
15 Rio Grande do Norte	2.558.660	383.065	54.876	221.398	161.667	56,39	30,42
16 Rondônia	1.229.306	207.858	28.877	117.619	90.239	55,63	30,81
17 Pernambuco	7.399.071	1.072.230	150.598	600.198	472.032	54,60	33,74
18 Ceará	6.809.290	1.107.667	161.373	637.269	470.398	60,81	41,11
19 Tocantins	1.048.642	177.987	25.315	101.894	76.093	60,37	34,23
20 Paraíba	3.305.616	492.099	69.693	276.552	215.547	61,60	38,71
21 Piauí	2.673.085	417.003	59.021	231.720	185.283	65,22	41,03
22 Amazonas	2.389.279	450.997	64.043	261.854	189.143	52,23	34,67
23 Pará	5.510.849	998.120	143.822	572.346	425.774	59,51	37,34
24 Maranhão	5.222.183	908.936	127.194	506.861	402.075	64,25	43,19
25 Bahia	12.541.675	1.862.761	251.408	1.050.766	811.995	60,78	42,27
26 Acre	483.593	90.866	12.500	51.902	38.964	59,82	42,94
27 Alagoas	2.663.251	442.540	65.850	255.906	186.634	64,65	45,98
Brasil	157.070.163	22.025.902	3.107.473	12.486.246	9.539.656	48,41	26,78

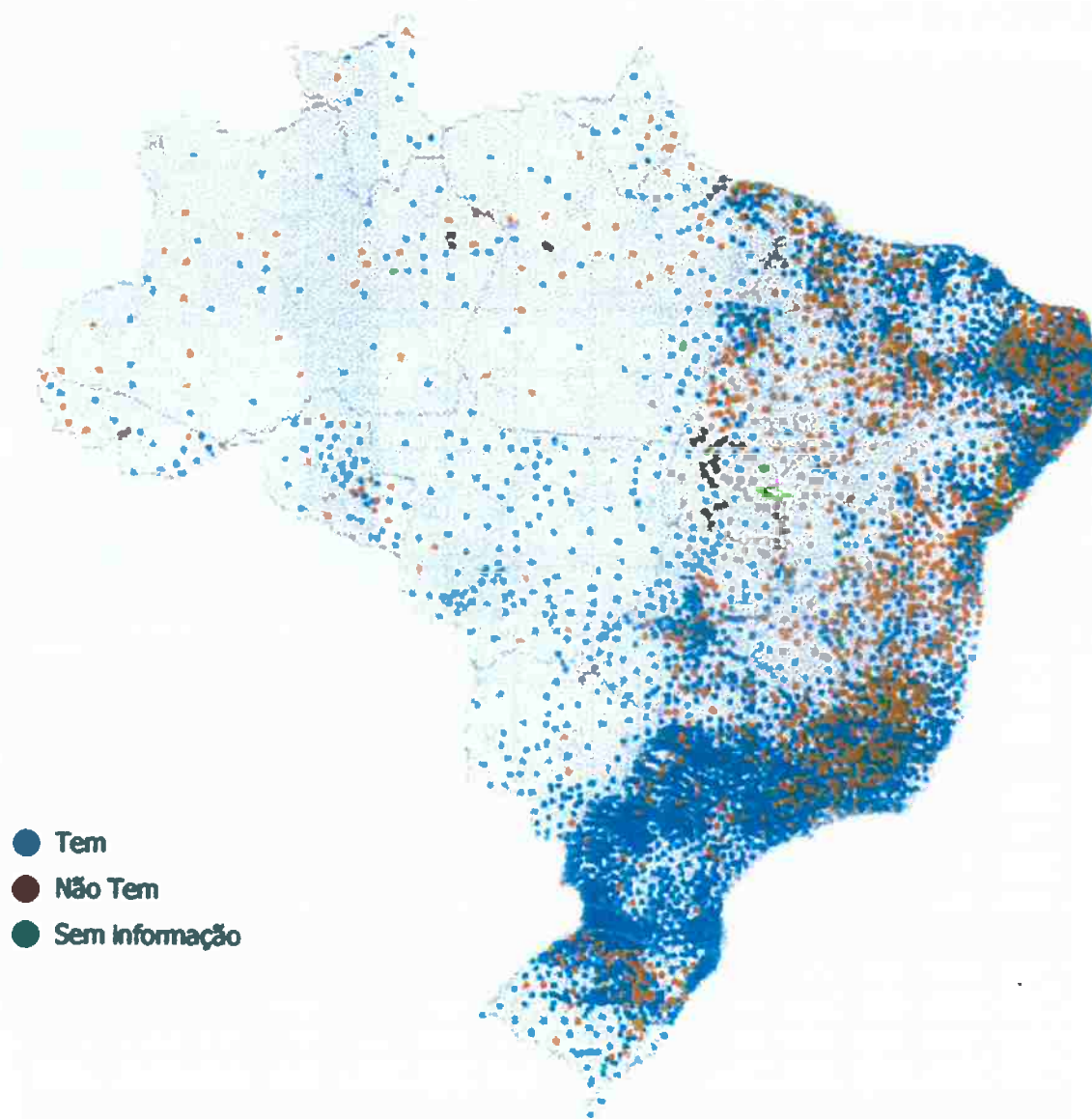
Fonte: UNICEF – Situação da Infância Brasileira 2001

(continuação)

Classificação Nacional	Serviços de Saúde			Serviços de Educação		IDI
	% de crianças menores de 1 ano vacinadas		% de gestantes com mais de 6 consultas	% de crianças matriculadas em Creche	% de crianças matriculadas em Pré-Escola	
	Sarampo	DTP				
1 Distrito Federal	100,00	100,00	39,95	7,10	50,10	0,673
2 Rio de Janeiro	100,00	100,00	55,43	5,48	42,57	0,661
3 São Paulo	100,00	100,00	44,68	10,00	59,91	0,657
4 Rio Grande do Sul	94,14	95,25	50,50	2,05	32,99	0,630
5 Santa Catarina	94,31	92,22	44,29	12,05	53,32	0,619
6 Espírito Santo	100,00	100,00	51,03	10,20	49,48	0,609
7 Roraima	96,02	95,44	43,41	7,66	70,97	0,606
8 Goiás	96,60	92,33	49,97	4,93	35,32	0,598
9 Paraná	97,89	93,02	55,93	11,37	38,59	0,594
10 Mato Grosso do Sul	100,00	89,41	62,36	7,61	34,52	0,593
11 Amapá	100,00	87,06	27,40	2,85	54,42	0,571
12 Minas Gerais	95,96	91,84	46,37	5,01	44,60	0,568
13 Mato Grosso	97,50	89,43	52,00	5,25	26,63	0,552
14 Sergipe	100,00	100,00	26,53	2,73	75,67	0,550
15 Rio Grande do Norte	89,81	87,21	38,96	12,13	56,58	0,549
16 Rondônia	97,87	96,38	40,68	3,93	34,04	0,527
17 Pernambuco	100,00	100,00	39,34	3,80	30,76	0,522
18 Ceará	100,00	100,00	29,67	11,25	53,46	0,517
19 Tocantins	100,00	100,00	26,85	6,12	42,22	0,513
20 Paraíba	93,34	92,32	44,54	5,08	45,57	0,504
21 Piauí	95,26	91,17	30,73	10,97	44,20	0,484
22 Amazonas	82,48	69,39	37,18	2,41	22,28	0,471
23 Pará	85,10	69,82	35,08	4,17	34,12	0,461
24 Maranhão	93,02	69,22	24,23	3,43	51,24	0,455
25 Bahia	85,62	80,60	30,87	3,33	32,03	0,451
26 Acre	74,42	55,69	24,64	0,87	44,19	0,428
27 Alagoas	84,94	78,83	32,91	2,95	28,00	0,426
Brasil	98,35	93,61	43,14	3,44	21,02	0,539

Fonte: UNICEF – Situação da Infância Brasileira 2001

Anexo 4
Mapa CMDCA's – BRASIL 1999



- Tem
- Não Tem
- Sem informação

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais, 1999
Nota: O Distrito Federal não foi incluído nos resultados

Anexo 5
CMDCA's em Processo de Criação, Criados, em Funcionamento e Desativados, por Região – BRASIL 2000

Região	Municípios Identificados	% Brasil	Em Processo de Criação				Criados		Em Funcionamento		Desativados	
			Em estudo articulação	Tramitação	Total	%**	Total	%**	Total	%**	Total	%**
Norte	449	8,1	22	07	29	6,4	12	12,5	76	16,9	07	1,5
Nordeste	1.787	32,5	47	23	70	3,9	45	13,4	246	13,8	32	1,8
Centro-Oeste	446	8,1	05	03	08	1,8	09	5,2	159	35,5	04	0,9
Sudeste	1.666	30,3	71	07	78	4,7	51	7,4	569	34,1	55	3,3
Sul	1.159	21	20	04	24	2,0	13	1,9	657	56,7	07	0,6
Brasil	5.507	100,0	165	44	209	3,8	130	2,4	1.707	31,0	105	1,9

Fonte: Ministério da Justiça/DCA – SIPIA IV – 2000

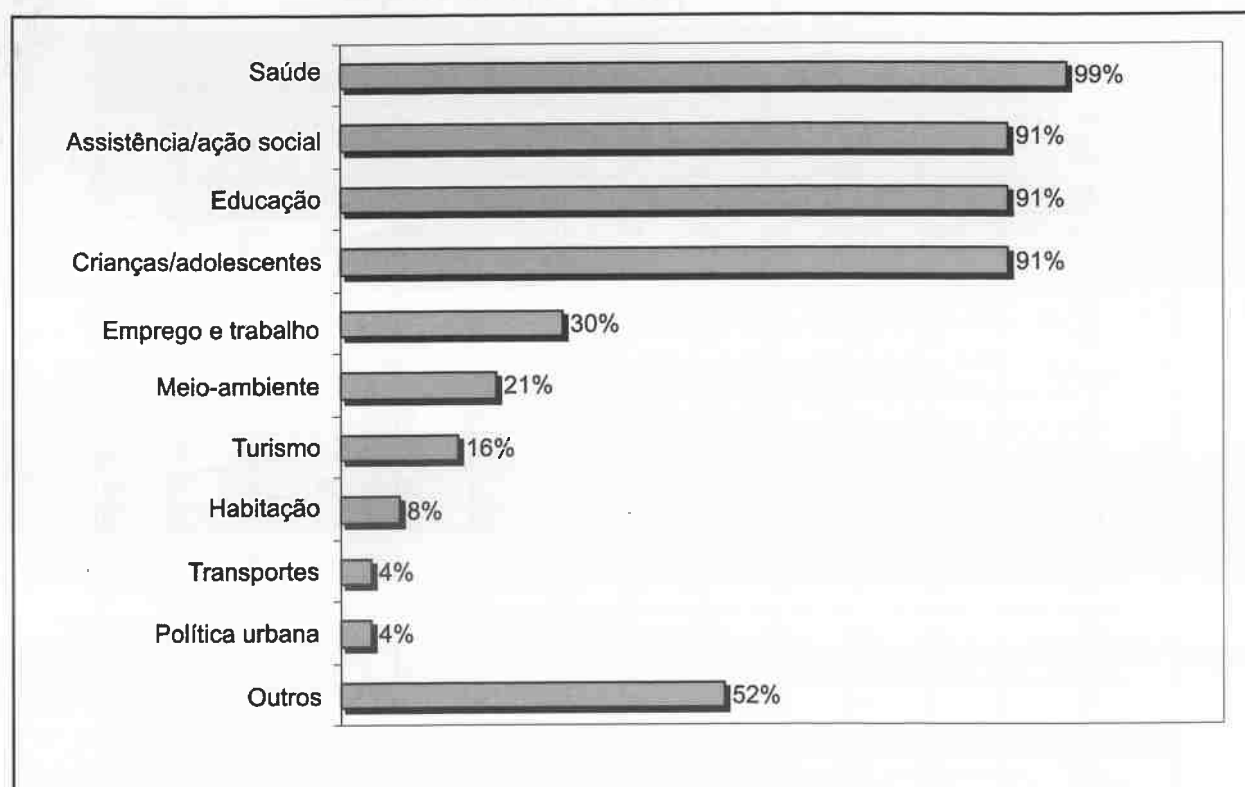
** Sobre o total de municípios da região.

Anexo 6
FIA's Instituídos, por UF e ano de criação

UF	Ano de Criação											
	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	Total
AC	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
AM	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1
AP	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
PA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
RO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
RR	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TO	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	2
Norte	0	0	1	0	1	0	0	0	1	1	1	5
AL	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
BA	1	1	1	1	0	2	1	1	0	1	0	9
CE	3	2	0	0	2	3	1	2	2	2	1	18
MA	0	0	1	0	0	1	0	2	0	0	0	4
PB	0	0	1	1	0	0	1	0	0	1	0	4
PE	0	1	0	1	0	0	0	1	0	1	0	4
PI	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1
RN	0	1	0	0	0	0	1	1	0	0	0	3
SE	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	2
Nordeste	5	5	3	4	2	6	5	8	2	5	1	46
DF	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1
GO	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	2
MS	1	2	0	1	0	0	0	0	0	0	0	4
MT	1	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	3
Centro-Oeste	2	3	0	2	0	0	2	0	1	0	0	10
ES	0	1	0	1	1	1	1	0	5	0	1	11
MG	0	0	2	7	1	2	3	3	4	2	1	25
RJ	0	1	1	1	0	0	1	1	0	0	0	5
SP	2	6	8	4	2	3	0	6	5	1	1	38
Sudeste	2	8	11	13	4	6	5	10	14	3	3	79
PR	5	10	3	1	8	6	7	13	16	6	3	78
RS	4	4	1	2	1	1	1	0	1	4	1	20
SC	0	3	7	21	5	2	2	10	2	0	0	52
Sul	9	17	11	24	14	9	10	23	19	10	4	150
Brasil	18	33	26	43	21	21	22	41	37	19	9	290

Fonte: Ministério da Justiça/DCA – SIPIA IV – 2000

Anexo 7
Existência de conselhos municipais – BRASIL 1999



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais, 1999

Nota: O Distrito Federal não foi incluído nos resultados

Anexo 8
SIPIA 1 Instalados, por UF – BRASIL 2001

UF	Total de Municípios	Número de CT com SIPIA 1 instalado
AC	22	0
AM	62	7
AP	16	0
PA	143	11
RO	52	0
RR	15	5
TO	139	0
Norte	449	23
AL	101	22
BA	415	18
CE	184	51
MA	217	24
PB	223	0
PE	185	60
PI	221	0
RN	166	16
SE	75	25
Nordeste	1.787	216
DF	- *	8
GO	242	47
MS	77	57
MT	126	38
Centro-Oeste	446	150
ES	77	16
MG	853	58
RJ	91	35
SP	645	33
Sudeste	1.666	142
PR	399	126
RS	467	29
SC	293	45
Sul	1.159	200
Brasil	5.507	731

Fonte: Ministério da Justiça/DCA – SIPIA 1

* No DF não há municípios, mas Cidades Satélites sem autonomia administrativa

Anexo 9
Conselhos Tutelares em Processo de Criação, Criados, em Funcionamento e Desativados, por Região – BRASIL 2000

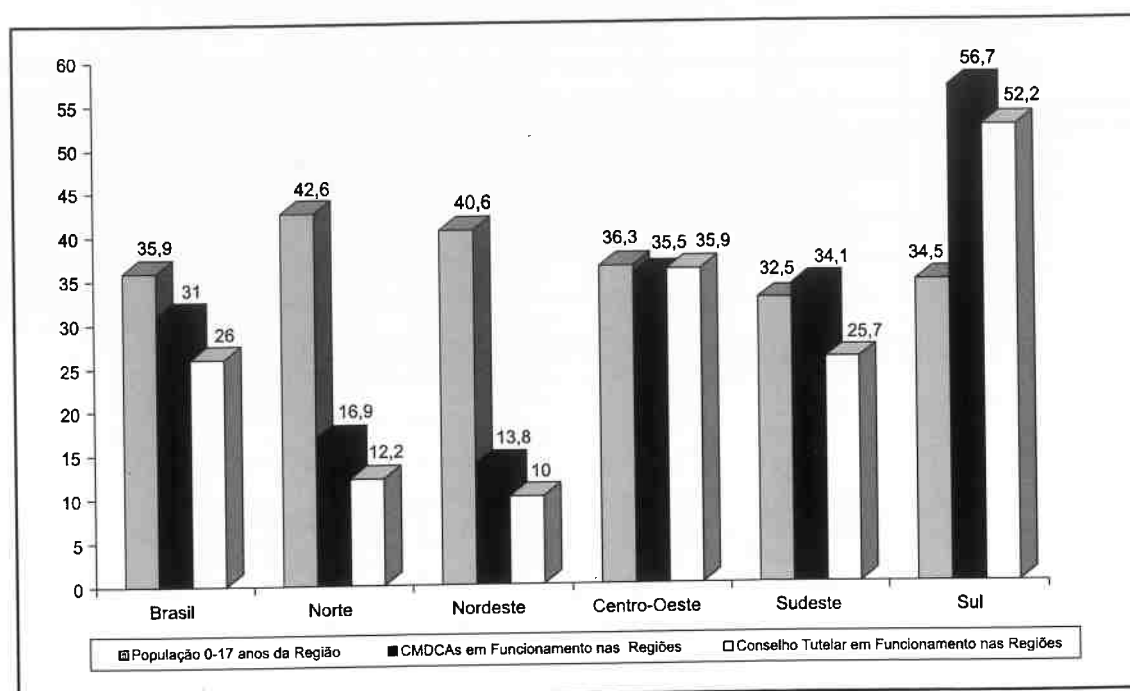
Região	Municípios Identificados	Em Processo de Criação				Criados		Em Funcionamento		Desativados	
		Em estudo art.	Tramitação	Total	%**	Total	%**	Total	%**	Total	%**
Norte	449	2	5	7	1,5	23	5,1	55	12,2	2	0,4
Nordeste	1.787	12	2	14	0,8	88	4,9	178	10,0	5	0,3
Centro-Oeste	446	1	0	1	0,2	57	12,8	160	35,9	1	0,2
Sudeste	1.666	10	12	22	1,3	163	9,8	428	25,7	14	0,8
Sul	1.159	9	8	17	1,5	158	13,6	609	52,5	1	0,08
Brasil	5.507	34	27	61	1,1	489	8,9	1.430	26,0	23	0,4

Fonte: Ministério da Justiça/DCA – SIPIA IV – 2000
 ** Sobre o total de municípios da região.

Bibliografia

- ANCED/MNMMR (1997). *Conselhos Tutelares no Brasil – Perfil dos Conselheiros e Atuação no Sistema de Garantia de Direitos*. Recife.
- DANTAS, Maria da Guia e Nunes, Maria Irineide Costa e Silva (1991). “Dados de Implantação dos Conselhos Estaduais e Municipais de Direitos da Criança e do Adolescente e Conselhos Tutelares”, in *Cadernos CBIA*. Rio de Janeiro, Ministério da Ação Social/CBIA, ano 1, nº 1, pp. 47-50.
- DANTAS, Maria da Guia (1992). “Dados de Implantação dos Conselhos Estaduais e Municipais de Direitos da Criança e do Adolescente e Conselhos Tutelares”, in *Cadernos CBIA*. Rio de Janeiro, Ministério do Bem-Estar Social, CBIA, ano 1, nº 4, pp. 67-79.
- DANTAS, Maria da Guia e NUNES, Maria Irineide Costa e Silva, RESENDE, Valéria. (1994). “Dados de Implantação dos Conselhos Estaduais e Municipais de Direitos da Criança e do Adolescente e Conselhos Tutelares”, in *Cadernos CBIA*. Rio de Janeiro, Ministério do Bem-Estar Social/CBIA, ano 2, nº 6, pp. 50-58.
- FALEIROS, Vicente e BRANKE, Charles (coord).(2000). *Dez anos do Estatuto da Criança e do Adolescente: Avaliando Resultados e Projetando o Futuro*. Brasília, Cecria/Amencar.
- IBAM (1998). *Diagnóstico Nacional da Situação de Implantação e Grau de Institucionalização dos CMDCAs, CTs e FIAs no Brasil*.
- IBGE (2001). *Perfil dos Municípios Brasileiros – Pesquisa de Informações Básicas Municipais 1999*. Rio de Janeiro.
- IBGE (2001). *Informações Preliminares do Censo 2000*. Site www.ibge.gov.br
- IPEA/PNUD (1996). *Relatório sobre o Desenvolvimento Humano no Brasil*. Brasília.
- UNICEF (2001). *Situação da Infância Brasileira*.

Anexo 10
Porcentagens da população de 0 a 17 anos, de CMDCA e de Conselhos Tutelares em funcionamento nas Regiões Brasileiras – 2000-2001



Fonte: Ministério da Justiça/DCA - SIPIA IV